



Espaço Livre. Vol. 7, num. 13, jan.jun./2012.

A dominação, exploração e opressão serão abolidas por aqueles que carregam esse fardo diariamente. Quando isso acontecer a liberdade será sentida e aclamada em todos os cantos do planeta.

A emancipação humana está prestes a se concretizar.

Nº 13



A liberdade é inexistente na sociedade atual e é por isso que esta revista busca incansavelmente por um "Espaço Livre", por um mundo onde todos os seres humanos possam desfrutar da verdadeira liberdade.



Aqui encontramos discussões que revelam os grilhões existentes na atualidade; discussões que apontam para a necessidade de abolição completa da sociedade burguesa e instituição da autogestão social, onde a liberdade deixa de ser uma ilusão e passa a ser uma realidade.



Revista Espaço Livre

Espaço Livre. Vol. 7, num. 13, jan.jun./2012.

Conselho Editorial

Edmilson Marques
Jacira Reis Veiga
João Gabriel da Fonseca Mateus
Lisandro Braga

Conselho Consultivo

Adriano José/UEG
André de Melo Santos/UFG
Cleinaldo Pereira dos Santos/Universo
Cleito Pereira dos Santos/UFG
Edmilson Borges/UFG
Edmilson Marques/UEG
Erisvaldo Souza/UEG-FASAM
Fernando Lima Neves/USP
Flávio Pereira Diniz/UFG
Jean Isídio dos Santos/UEG
Jacira Reis Veiga/UFG
João Alberto da Costa Pinto/UFG
João Gabriel da Fonseca Mateus/IFG-Goiânia
José Nerivaldo Pimenta da Silva/ALFA
José Santana da Silva/UEG
Juversino de Jesus Júnior/UEG
Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-Iporá
Lisandro Braga/UFG
Lucas Maia Santos/IFG-Anápolis
Marcos Ataídes Marques/UEG
Maria Angélica Peixoto/IFG-Uruaçu
Mateus Ório/UFG
Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Nildo Viana/UFG
Ovil Bueno Fernandes/UEG
Renato Dias de Souza/UEG
Uelinton Barbosa Rodrigues /UFG-UEG
Veralúcia Pinheiro/UEG
Weder David de Freitas/IFG-Formosa
Wellington Rodrigues/CAJU

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@ymail.com

Sumário

Apresentação	05
<i>João Gabriel da Fonseca Mateus</i>	
Jorge Amado em Tempos de Militância (1930 – 1933)	07
<i>Alberto Alves da Silva</i>	
A Linguagem Cinematográfica e a (Des) “Construção” da Identidade do Professor	15
<i>Marcos Augusto Marques Ataídes</i> <i>Arlete Mendes da Silva</i>	
Crises do Capital	24
<i>Ney Gonçalves</i>	
Capital Farmacêutico, Medicalização e Invenção de Doenças	37
<i>Nildo Viana</i>	
A Gênese do conceito de Marxismo Ocidental	42
<i>Ricardo Musse</i>	
Resenhas	
Uma participação “esquecida”: os anarquistas na Revolução Mexicana	49
<i>João Gabriel da Fonseca Mateus</i>	
Da Filosofia da Práxis à luta pela emancipação dos trabalhadores	55
<i>José de Lima Soares</i>	

APRESENTAÇÃO

A Revista Espaço Livre dedica-se a divulgação de textos de diferentes áreas de conhecimento e sobre diferenciados temas que tratam da relação entre Ciências Humanas, cultura e sociedade de maneira crítica. Nesse DÉCIMO TERCEIRO NÚMERO, a ESPAÇO LIVRE congrega inúmeros textos que colocam em xeque a perspectiva hegemônica da sociedade capitalista.

É nesse sentido que o artigo de Alberto Alves da Silva intitulado *Jorge Amado em Tempos de Militância (1930 – 1933)* inaugura esta edição abordando a produção do romancista e intelectual Jorge Amado. A produção amadiana exerceu no período delimitado uma militância leninista sendo então, pseudomarxista. Logo vem *A Linguagem Cinematográfica e a (Des) “Construção” da Identidade do Professor* de Marcos Augusto Marques Ataídes e Arlete Mendes da Silva, que por sua vez, traça um balanço de uma experiência na Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Geografia.

Por conseguinte, Ney Gonçalves discute o tema *Crises do Capital* fazendo importantes reflexões a respeito das contradições internas do capital que resulta, entre tantas questões, a necessidade da superação da sociedade regida pelo modo de produção capitalista. Além dos artigos acima descritos de forma breve, o DÉCIMO TERCEITO NÚMERO DA REVISTA ESPAÇO LIVRE conta ainda com o texto *Capital Farmacêutico, Medicalização e Invenção de Doenças*. Este artigo de autoria de Nildo Viana trata da produção do capital farmacêutico, onde este é apenas mais uma peça na engrenagem do capitalismo. A seção de artigos do presente número encerra-se com um instigante texto de Ricardo Musse intitulado *A Gênese do conceito de Marxismo Ocidental* onde se destaca a análise das obras do alemão e marxista libertário Karl Korsch.

A seção de resenhas desta edição conta com minha participação com o texto *Uma participação “esquecida”: os anarquistas na Revolução Mexicana* onde analiso a obra de Francesco Pier Zarcone que trata da presença anarquista durante o período revolucionário mexicano. Além da minha contribuição, José de Lima Soares finaliza o atual número com uma resenha da obra *Revolução e História – Das Teses ao Manifesto* de Edmundo Fernandes Dias.

Uma revista que pretende um “espaço livre” para o debate crítico de nossa sociedade, não pode isentar-se das questões que se fazem presentes na sociedade

moderna marcada pela intransigência do capitalismo sobre os indivíduos. Nosso intuito é atingir em nossas publicações aquilo que ficou conhecido por criticidade. Assim, com um número que proporciona ao (a) leitor (a) o acesso à produção de autores (as) de diferentes áreas de formação, a ESPAÇO LIVRE tem um objetivo geral: a crítica à sociedade capitalista.

Aos leitores (as) e aos (as) colaboradores (as) da REVISTA ESPAÇO LIVRE desejamos proveitosas reflexões acerca dos temas aqui abordados.

João Gabriel da Fonseca Mateus

Jorge Amado em Tempos de Militância (1930-1933)

Alberto Alves da Silva

O início da década de 1930 no Brasil marcou uma nova era na sociedade brasileira com a ascensão do então presidente Getúlio Vargas, que assume o poder em meio a um clima de efervescência política generalizada em todo o país, fomentado desde a década de 1920, pelos movimentos sociais que surgiram, como o movimento tenentista com suas conspirações contra o governo de Artur Bernardes; os movimentos da classe operária que surgiam com o desenvolvimento do setor industrial, principalmente de São Paulo, onde a classe trabalhadora organizava greves, em busca de ser atendidas suas reivindicações por melhores condições de trabalho e salário; e os movimentos que se ascenderam após a Semana de Arte Moderna como a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a AIB, (Aliança Integralista Brasileira) e o surgimento do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Os anos de 1920 representaram um período de grande transformação no meio social e artístico, propiciado pela então citada Semana de Arte Moderna que em 1922, inaugurou o Modernismo como nova corrente literária que detinha como principal aspecto expressar um novo estilo de produção que enaltecesse a identidade nacional do povo brasileiro através da minoria étnicas como: os negros e os índios.

Emerge deste então, na produção literária brasileira, o engajamento que esteve há muito tempo em ostracismo pela forte intervenção das classes burguesas na cultura de modo geral. O engajamento é produto do ressurgimento do herói, que com a revolução Russa de 1917 ganhou evidência por representar as camadas populares que em união derrubaram o regime czarista. Para Eduardo de Assis Duarte:

A figura do herói estava perdida na Literatura burguesa deste o período Realista, reencarnando-se, nesse novo estilo de Literatura, por meio do heroísmo revolucionário da classe trabalhadora que inspirava defesas do combate realizado pelo operário camponês, agitador e dirigente de partido de massas (1996, p. 18).

No plano mundial esta década repercutiu como o período do pós-guerra, onde as nações que participaram da Primeira Guerra Mundial estavam tentando se reerguer dos abalos sofridos com a destruição e a alta taxa inflacionária que deixou a economia da Europa em uma crise sem precedentes, ocasionando miséria e paralisações operárias. A alternativa encontrada pelos países em crise foi a adesão à concepção keynesiana, que

detinha como proposta a intervenção do estado junto a economia.

Originou-se, a partir de então, ideologias políticas que voltaram a sua atenção para o fortalecimento do Estado, rompendo com isso com a democracia liberal; esse novo modelo de organização política e econômica intitulava-se *Estado de bem estado social* (welfare States). O Nacionalismo surgiu neste período com o sentimento de revanchismo, representado pelo Fascismo e o Nazismo, ocasionado pelas consequências do final da Primeira Guerra mundial, onde Alemanha e a Itália foram as grandes penalizadas, tendo que ceder territórios às nações vencedoras da guerra como a França, Inglaterra, além de pagar pesadas indenizações.

Nesse contexto é que se evidenciam as mudanças nos planos políticos e culturais no Brasil. A produção literária brasileira, portanto, sofreu forte reflexo deste período de incertezas, tanto no plano nacional quanto mundial. As ideologias do Comunismo e do Fascismo repercutiram na produção textual de vários escritores brasileiros, que optaram pelo engajamento teórico e político. Preocupados com os rumos da política neste cenário turbulento, literatos se solidarizavam com as questões sociais, e sinalizavam para a transformação da estrutura social.

Para Denis Benoite (2002) o engajamento é fundamental nas relações do literato com o social. Esse tipo de Literatura não visa retratar apenas os “bons sentimentos”, mas sim a questão da formação de uma nova ética social, mais justa e humana. Nesse sentido, o literato engajado é fascinado pelo cotidiano popular e produz de acordo com a luta dos trabalhadores.

É nesse contexto do final da década de 1920 e início da década de 1930 que encontramos o escritor baiano Jorge Amado que inicia sua inserção no mundo literário com a participação no movimento modernista, cuja principal proposta era vanguardista, apresentada pela Academia dos Rebeldes em Salvador na Bahia no final dos anos de 20.

Sobre o Modernismo e Jorge Amado, Roger Bastide (1972) afirma que a literatura brasileira manteve-se fixada nas tendências da literatura européia até 1922, ano em que foi realizada a semana de Arte Moderna, evento que elevou o modernismo a um divisor de águas no que se refere à produção literária nacional. Esta nova tendência, segundo a interpretação do autor citado:

Apresenta duas correntes internas neo-realistas: uma de cunho sociológico, caracterizada pela tentativa de descrever com a maior exatidão possível a realidade circundante; e outra, cuja intenção não consiste em pintar o real, mas mudá-lo em nome de uma ideologia socialista (BASTIDE, 1972, pp. 39-45).

Sobre a atuação de Jorge Amado na Academia dos rebeldes, o escritor ajudou a fundar a instituição junto com alguns amigos, trabalhou como jornalista e redator de alguns manifestos. Este movimento tinha como principais atitudes rejeitar e denunciar o coronelismo provinciano, que era o principal causador da pobreza e atraso em que vivia o país na época, em especial a região nordestina. Podemos assim perceber que o escritor não criticava o sistema capitalista que em pleno contexto político brasileiro na época era um capitalismo de primeiro mundo.

Jorge Amado nasceu em 1912 no distrito de Ferradas, município de Itabuna interior baiano. Era filho de fazendeiro oriundo de classe média. Seus pais João Amado de Faria e Eulália Leal haviam migrado do Sergipe para o interior da Bahia com o intuito de trabalharem como produtores de cacau. Nesta época, ainda na infância, Amado vivenciou vários conflitos de terras, fomentada pela luta de coronéis interioranos pelo poder e vivenciou a miséria da maioria da população baiana que vivia no sertão, tanto que este cenário lhe serviu de inspiração para a produção de dois de seus livros iniciais como *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). Segundo Renard Perez:

Essa época do nascimento do romancista vem coincidir com o das grandes lutas pela conquista da terra, na região, quando o cultivo do cacau começava a substituir o do café e o da cana-de-açúcar: destacavam-se as intensas matas para o plantio do fruto, e os diversos proprietários, na ambição terra e do mando, se hostilizavam em rixas permanentes (PEREZ, s/d, p. 231).

Jorge Amado nos primeiros anos de vida foi alfabetizado pela mãe dona Eulália Amado, que lhe ensinara as primeiras letras. Neste tempo Amado é matriculado pela primeira vez na escola primária Dona Guilhermina, onde o curso é interrompido por motivo de doença. Amado em 1922 se muda para Salvador para se ingressar no internato do Colégio Antônio Vieira, dos padres Jesuítas. Esta fase de sua vida se destaca pela orientação cristã que Jorge Amado recebeu, onde vários padres foram seus mestres.

Tendo forte depressão por estar em um internato Amado pede ao pai para ficar um tempo de férias do Colégio, seu pai não atende o pedido. O menino que já possuía uma personalidade forte e dons literários descobertos pelo padre Cabral, foge em 1926, onde realizou uma proeza que Perez comenta: “Praticamente sem dinheiro, atravessa o sertão da Bahia, indo para Itaporanga, Sergipe, onde reside o avô. E aí fica, até que o pai o manda buscar, permanecendo o resto do ano na fazenda” (PEREZ, s/d, p. 232).

Já no ano seguinte ele é transferido para o internato do Colégio Ipiranga, onde recebe um tratamento mais liberal, onde o rapaz se sente à vontade. A partir de então Jorge Amado participa ativamente da vida literária estudantil, tendo atuado na diretoria do grêmio e dirigido um jornalzinho escolar que tinha como nome: a Pátria. Deste então Amado lê toda a literatura que lhe chega às mãos, onde ele toma contato com a obra literária de Balzac e Maupassant, e principalmente os modernistas de 1922, entre eles, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia.

A trajetória de Jorge Amado no mundo literário remete a uma análise mais concreta pela série de acontecimentos políticos que fomentam a revolução de 1930, que influenciaram o escritor na sua produção textual. Para o mundo da literatura Jorge Amado foi um dos adeptos da Semana de Arte Moderna de 1922, e isto é um fato. Mas segundo estudiosos da literatura amadiana existem características peculiares que cercam essa afirmativa e que podem contrariar os grandes teóricos da Literatura brasileira.

Partindo desse princípio o próprio Jorge Amado, em entrevista, quando fala em relação ao Modernismo nega sua influência na sua produção textual. Segundo ele:

Esta nova tendência atingiu as terras baianas no ano de 1927, vindo a fomentar a Academia dos Rebeldes. Em discordância com Bastide e outros intérpretes literários, o escritor baiano afirma que suas obras não tiveram influência do modernismo, mas sim da revolução de 1930 (RAILLARD, 1990, p. 57).

O início da década de 1930 é marcado por grandes mudanças na estrutura política nacional, pois o país passou por uma fase de transição política, onde o regime da república café-com-leite se dissolve por influências de outras elites agrárias, como a mineira e paraibana, que aliado aos interesses dos tenentes e pessoas oriundas da classe média se organizaram e no ano de 1926 fundaram a Aliança Liberal, um movimento que reuniu grande adesão de partidos políticos que lutavam para a queda do regime dos coronéis.

A Aliança Liberal foi um movimento heterogêneo ideologicamente cercado de interesses de distintas organizações que compunham a agremiação. Isso se deve à própria incapacidade do movimento em construir uma plataforma política concreta que estabelecesse um plano de governo que englobasse os anseios de toda a sociedade brasileira, que estava passando por um momento de crise política e econômica, como podemos visualizar no comentário de Anita Leocádia Prestes, onde a autora comenta:

As sucessivas crises de superprodução do café, alimentadas pela política governamental de favorecimento dos cafeicultores, acabaram

levando o país a uma crise profunda, que extrapolou o âmbito econômico, atingindo também as esferas social, política e ideológica e cultural (PRESTES, 2009, p. 28).

O país, nesse período, sofria os abalos da crise do capitalismo financeiro onde seu principal produto exportador, o café, estava com a sua cotação no mercado externo baixa, propiciado pelo clima de incerteza que predominava o mundo com a formação de regimes totalitários na Europa e a queda da bolsa de Nova Iorque, que arrasaram as economias de todos os países do mundo, e principalmente no Brasil onde a crise foi sentida pela classe operária que organizou grandes paralisações, principalmente nos anos de 1930 a 1935. Podemos observar essas questões na análise de Nelson Werneck Sodré, que segundo ele:

Entre o movimento vitorioso de 1930 e os acontecimentos de 1935, ocorreu no Brasil um desses períodos ricos em manifestação política as mais desencontradas. E por isso mesmo, marcados pela “agitação”. Todo o velho Brasil que aquele movimento realmente abalou - mais não destruiu - foi desvendado, discutido, analisado, contestado... (SODRÉ, 1987, p. 18).

As greves operárias ascenderam como um barril de pólvora, pois a desigualdade social estava evidente, dada a relação de exploração na área industrial brasileira que estava em formação nos grandes centros urbanos. Dentro desse contexto Jorge Amado se encontra como um adepto à revolução burguesa de 1930, quando subiu ao poder Getúlio Vargas, representante da Oligarquia gaúcha.

Dentro desse contexto Amado publica seu primeiro livro *País do Carnaval* (1931), que demonstra a imaturidade do autor, no que consiste a não expor uma posposta literária engajada. O livro narra a vida do fazendeiro Paulo Rigger, que se encontra em um dilema de vida, pois tenta descobrir a verdadeira motivação de sua existência e o caminho para a felicidade. A obra possui em sua estrutura uma linguagem cética, mas faz importantes apontamentos sobre a política da época, como por exemplo, a revolução de 1930, onde as camadas populares estavam insatisfeitas com os rumos do país. O debate em torno da identidade cultural do povo, onde a grande pergunta em torno da obra é será que o Brasil é apenas o país do Carnaval?

Tendo participado da Academia dos Rebeldes, Jorge Amado, de uma maneira ativa, defendeu a corrente da Aliança Liberal que viabilizou Vargas a chegar ao poder, por ser um movimento de oposição ao regime dos coronéis. O que é interessante é que anos depois Amado muda sua posição política atuando ferrenhamente contra Getúlio

Vargas, isso é explicado pela aproximação do autor com a ideologia Leninista.

Essa aproximação se dá no ano de 1932 quando o escritor filia-se à Juventude Comunista, uma colateral da juventude do PCB, que mais tarde participa da organização dos levantes armados 1935, onde o literato teve uma atuação marcante. A filiação de Jorge Amado na Juventude Comunista produziu reflexos em suas obras, onde o autor esteve preocupado em retratar a vida dura dos trabalhadores do campo e da cidade, que segundo sua visão era explorada pelo sistema capitalista.

Esta nova visão contribuiu para o escritor produzir romances, contudo, ainda limitada, não ultrapassando os limites da concepção burguesa, como *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). Estes dois romances denunciam as mazelas do sistema capitalista, onde em *Cacau* o escritor denuncia as péssimas condições de vida dos trabalhadores do interior da Bahia que trabalhavam na fazenda dos senhores de cacau. O romance ressalta a necessidade dos trabalhadores do campo e da cidade em ter uma tomada de consciência de classe. Amado em entrevista a Alice Ralliard diz:

Que tentou, em *Cacau*, escrever um “romance proletário” que almejasse a organização dos trabalhadores, já a consciência proletária ainda estava em formação num país que começava a se industrializar e não existia, propriamente, uma classe operária (RALLIARD, 1990, p. 55).

Com seu romance *Suor* Jorge Amado narra a vida dos moradores de um cortiço na capital baiana que vivem em péssimas condições de sobrevivência, desempregados, prostitutas e artistas que fogem da seca para tentar melhores condições de vida em Salvador. Mas o autor aborda a necessidade do despertar dos trabalhadores para a formação de uma consciência de classe e busca de uma construção da moral que estava degenerada. Amado ao avaliar seus dois romances engajados e o início de sua militância partidária, o escritor avalia: “Cacau e Suor, que seguem de muito perto - 1933 e 1934 -, significam o meu encontro com a esquerda é o momento em que me torno militante de esquerda” (RALLARD, 1990, p. 56).

No romance *Cacau* há outra característica muito importante que tem que ser ressaltada: a tentativa do autor de escrever um documento histórico, que se tornou um romance proletário dos mais conhecidos pelo grande público. *Suor*, diferentemente do outro livro citado, migra para o espaço urbano, demonstrando a luta de classes entre proletariados *versus* burgueses. Neste livro Jorge Amado inicia de forma bem tímida a defesa ao brado leninista, uma concepção que visa o poder do estado sobre a classe

proletária, enaltecendo dessa maneira o exemplo da Revolução Russa, que poderia ser seguido pelos trabalhadores brasileiros.

Voltando à análise de Jorge Amado na geração modernista de 1930, o autor é referenciado pela literatura brasileira por ter sido o precursor do novo naturalismo literário que se iniciou com Gilberto Freire. Segundo Roger Bastide (1972), essa nova corrente literária teve reflexo das vanguardas européias, como o Dadaísmo, e o Surrealismo, onde o imaginário social se tornou moda na época. O próprio Jorge Amado no dia de sua posse na Academia brasileira de Letras argumentou:

Minha geração, esses romancistas do ano de trinta, chegava para a vida e para a criação novelística com o peito oprimido sob a angústia do Brasil e do homem brasileiro, em busca do caminho para a solução de nossos problemas. Variados foram os caminhos seguidos, mas o ponto de partida era o mesmo: o amor ao Brasil e ao seu povo, a necessidade de se solidarizar-se com o homem e o seu drama, fôsse o drama da terra e da fábrica, fôsse o trama interior de sua solidão (Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, ano 1961).

Podemos perceber que a geração de 1930 apresentou como característica peculiar a volta ao nacionalismo, fruto do período de incerteza que estava vivendo a Europa, onde os movimentos artísticos desenvolveram um papel atuante com o interesse de opinar sobre os destinos do planeta. Dentro do contexto do romance de 1930, segundo Jorge Amado comenta mais uma vez em entrevista:

“O romance de 30” - movimento surgido com a Revolução de 1930 - caracterizou-se como uma literatura que tratava dos problemas sociais do povo brasileiro, sendo isso atestado numa escrita narrativa assentada na língua falada pelos setores mais populares. Nesse sentido, o romance a Bagaceira, de José Américo de Almeida, escrito em 1928, seria um dos marcos iniciais dessa nova fase da literatura brasileira, na qual os escritores nordestinos seriam os pioneiros/vanguarda (RALLARD, 1990, pp. 60-66).

Diante desse comentário de Jorge Amado podemos perceber de que a denúncia social estava em pauta nesse período de grandes acontecimentos históricos que marcaram a vida política brasileira na década de 1920 e 1930. O escritor se encontra preocupado com os problemas sociais e sua produção literária é engajada porém é limitada por apresentar um engajamento que perpassa pela concepção burocrática, não libertária expondo denúncias das atrocidades do sistema capitalista à classe operária.

A produção Amadiana na década de 1930 se destacou por se tratar de temas polêmicos para a época. Narrar o cotidiano de pessoas simples oriundas de classes tratadas como subalternas, era um desafio. Somente através de uma atitude engajada

inspirada no leninismo, é que esta tarefa se realizou. Jorge Amado foi um escritor solidário com as massas, misturando utopia e ao mesmo tempo tendo a consistência da realidade poder desenvolver em seus romances a junção entre imaginário social, e a possibilidade da revolução, pautada na ditadura de estado que oprime a classe trabalhadora.

Amado foi um pseudo- marxista além de seu tempo, seus romances refletem uma promulgação da ideologia leninista, uma corrente deformadora que defende a exploração dos trabalhadores e a sustentação do estado burocrático. Em tempos de estruturação econômica fomentada pela crise atual, a produção amadiana nos propicia uma reflexão sobre a sociedade, e erros do marxismo- ortodoxo.

Referências Bibliográficas

AMADO Jorge. *O País do Carnaval*. São Paulo: Editora Martins,1961

_____*Cacau*. São Paulo: Editora Martins,1961.

_____*Suor*. São Paulo: Editora Martins, 1961.

BASTIDE, Roger. *Sobre o Romancista Jorge Amado*. In: *Jorge Amado povo e terra: 40 anos de literatura*. São Paulo: Editora Martins, 1972.

DENIS Benoíte. *Literatura e Engajamento*. Bauru- SP. EDUSC, 2002.

Discurso de Jorge Amado na Academia Brasileira de Letras 1961.

DUARTE. Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma Epopéia Brasileira: A Coluna Prestes*. São Paulo, 2007.

PEREZ Álvaro. *Sobre o Romancista Jorge Amado*. In: *Jorge Amado povo e terra: 40 anos de literatura*. São Paulo: Editora Martins, 1972.

RALLIARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1990

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

Alberto Alves da Silva

Alberto Alves da Silva Graduado do curso de Licenciatura em História Universidade Estadual de Goiás Unidade de Iporá; sendo bolsista do programa PIVIC - UEG; Professor da Rede Estadual de Ensino. Email: albertosilva.historia@gmail.com.

A Linguagem Cinematográfica e a (Des) “Construção” da Identidade do Professor¹

Marcos Augusto Marques Ataídes

Arlete Mendes da Silva

As profissões que tem em seu campo de atuação o objetivo de servir à comunidade (médicos, policiais, professores entre outros) são, constantemente, retratadas nas telas de cinema. O fascínio que tais atividades exercem no imaginário coletivo é um ‘arsenal’ nas mãos de roteiristas e diretores no cinema nacional e mundial. Este é um dado que nos permite perceber a importância dessas profissões no contexto social nos níveis locais, regionais, nacionais e internacionais.

São representações que ajudam os expectadores a ‘construir’ e ‘identificar’ *identidades* no ideário de uma coletividade homogênea ou não. Essas *identidades são criadas* a partir de uma conjuntura ficcional/realista. Ora baseada em ‘fatos reais’, ora fruto da ‘inspiração’ (ou direcionamento ideológico) do artista e do *status quo* vigente. Sem adentrar profundamente por essa seara político-ideológica das montagens cinematográficas tem-se, nesse relato de experiência, o seguinte objetivo: analisar a *construção da identidade do professor* numa ‘figuração cinematográfica’ em três espaços geográficos (países), (México, Brasil e Estados-Unidos, respectivamente) com conjunturas sociais, econômicas, culturais e políticas bastante diferenciadas.

O enfoque é similar – o professor e sua representatividade social. Esta profissão, PROFESSOR, é mostrada por meio de três filmes escolhidos e trabalhados nas turmas de licenciatura em Geografia como instrumento metodológico para a reflexão e entendimento da profissão do professor nas aulas de Estágio e Prática de Ensino.

A utilização de filmes como instrumento de ensino aprendizagem, tem o objetivo maior de desenvolver uma análise mais crítica a respeito do cinema e de suas produções que possui grande alcance social e político. Assim, desenvolver uma forma de ‘assistência crítica’ torna-se essencial para utilização do filme como um dos procedimentos metodológicos didáticos no qual o professor pode utilizar em sua prática cotidiana.

¹ Relato de experiência com a turma da terceira série de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG na disciplina Estágio e Prática de Ensino.

Assistência crítica é aquela que ultrapassa a percepção do filme como algo dado e auto-suficiente, ou seja, que não se limita a perceber seu universo ficcional, mas também busca seus fundamentos e seu significado social e histórico. Em outras palavras, a assistência crítica significa decodificação e entendimento do filme em sua lógica própria, ou seja, seu universo ficcional, mas não se limita a isso, pois além de compreender a trama e a mensagem central ligada a ela, também questiona, colocando em questão, os valores, concepções, sentimentos, emoções presentes (manifestações em um filme) e, ainda, questiona suas origens e consequências sociais. No caso, o interesse não o prazer de assistir, mas, junto dele, quando ele ocorre, o compromisso com a transformação social (VIANA, 2009, p. 24-25).

O temário desses filmes, geralmente, é norteado por práticas profissionais de professores que, em três países com tempos e espaços diferentes, vivenciam nas suas relações de trabalho a lógica do capitalismo em relação à educação, e o papel que o professor desempenha nesse processo. As produções selecionadas e inseridas como conteúdo nas aulas presenciais de Estágio e Prática de Ensino seguiram os seguintes critérios de escolha: *o profissional da docência, os diferentes contextos socioeducacionais e a responsabilidade social do professor.*

Essas situações são evidenciadas nos três filmes trabalhados que contribuem para com uma boa interpretação pedagógica por parte dos discentes do Curso de Geografia. Também, concorrem com reflexões frutíferas sobre a formação do profissional da educação em meio às questões éticas, morais, político-sociais e culturais no exercício do magistério.

Em nossa experiência, o instrumento metodológico ‘produção cinematográfica sobre a profissão do professor’ contribuiu com as discussões teóricas e metodológicas sobre o ensino e a postura do educador frente à atual conjuntura socioeconômica e política na pós-modernidade.

O trabalho foi desenvolvido com os acadêmicos do 3º ano de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG em Anápolis – GO. A atividade proporcionou aos alunos um “exercício de reflexão” e de ‘solução de problemas’ à medida que se colocavam ‘no lugar’ daquele profissional numa ideia de alteridade.

Em nossa prática metodológica, buscamos pela *percepção da profissão* e a busca de *estratégia para resolução de problemas* no ambiente escolar. Utilizou-se dinâmicas aplicadas para que os discentes pudessem desenvolver senso crítico na produção de textos explicativos, argumentativos e dissertativos buscando a compreensão e o modo de atuação do profissional professor. Também, procurou-se, nesse trabalho, observar e

identificar como essa filmografia e a categoria profissional são ‘apresentados’ e ‘utilizados’ pela mídia no favorecimento de conceitos e ideologias políticas e de Estado, muito comum no cinema atual.

É a ficção promovendo uma *leitura de mundo* e de *re-significações sociais* que acabam por construir ‘imaginários sociais’ e posturas políticas e ideológicas no seu público assistente. Não obstante, quando bem utilizadas, concorrem como um método eficiente no ensino e na formação do profissional da educação.

A metodologia utilizada para desenvolver essa atividade acadêmica teve como pressuposto teórico a *práxis* docente como elemento de análise da realidade; utilizou-se de conceitos e de temas com enfoque na construção social da *identidade do professor* no seu espaço de vivência e atuação profissional; analisou-se a *contextualização capitalista* inserida na realidade escolar e sua re-criação e/ou re-produção ideológica; foi proposta a leitura, interpretação e análises de textos, numa perspectiva marxista, que dimensionasse a questão do *trabalho como categoria de análise* na qual também se constrói a profissão de professor.

Os procedimentos metodológicos no desenvolvimento desse trabalho foram, seguidamente: fase de diagnóstico do ‘saber’ do aluno sobre a profissão professor e do ambiente escolar; levantamento das impressões e percepções do aluno frente a realidade política (e capitalista) no gerenciamento das instituições de ensino das redes públicas e privadas e seu sistema de ensino e, por fim, a análise de textos e dos filmes previamente escolhidos para essa atividade.

O amparo teórico que obtivemos baseou-se em autores como Paro (2000), Apple (2003), Silva Júnior (1990), Viana (2009), Rossi (1986) entre outros estudiosos do assunto.

O filme utilizado em nosso trabalho no contexto mexicano foi “Granito de Arena - Pequeno grão de areia” (México, 2005), documentário com duração de cinquenta e nove minutos que retrata a história da organização e luta dos professores em defesa da escola pública e por melhores condições de vida e preservação da *identidade cultural das comunidades indígenas mexicanas*. A partir da mobilização dos trabalhadores do ensino, dos estudantes e de seus familiares contra a destruição da Escola Normal Rural MACTUMACTZA – localizada em Tuxtla Gutierrez, Chiapas – México, por causa dos acordos entre o governo mexicano e o banco mundial, que exigiu a semi-privatizações dessas escolas, travou-se uma luta ferrenha entre esses atores sociais em defesa da

educação livre e gratuita.

O objetivo da exibição desse documentário teve como finalidade relacionar a dimensão política do trabalho do professor e a sua importância social dentro do contexto da sociedade capitalista. A demanda social pela educação tem nos professores os seus mais ferozes defensores contrapondo o Estado, em uma luta dialética que mostra a todo instante a luta de classe presente nessa sociedade moderna (ou contemporânea).

A resistência que os professores mexicanos apresentaram no confronto com o governo gerou um processo de resistência social que contagiou todos trabalhadores da cidade. Esse fato contribuiu para a queda do governador da província e a tomada da cidade pelos manifestantes, formando a primeira comuna do século XXI.

A greve dos trabalhadores da educação converteu-se na mais importante revolta popular do México desde o levante de Chiapas de 1994. E, em vários aspectos assumiu um conteúdo bem mais profundo que o movimento zapatista. A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), órgão amplo, democrático, comunal, estendeu-se a vários municípios funcionando como embrião de poder popular, com apoio maciço e mobilizado dos trabalhadores e povo pobre da região. O combate foi mantido meses a fio, clamou pela derrubada do poder político local, funcionando, ao mesmo tempo, como uma espécie de poder de Estado popular paralelo (DANTAS, 2008, p. 7).

A interlocução entre o filme e o livro de Silva Junior (1990), que dimensiona a realidade do trabalho na sociedade capitalista, localizando essas relações no interior da escola, permitiram que os discentes percebessem o papel social que o professor desempenha numa sociedade capitalista.

Interessante observar que vários discentes no final do filme, através de um questionamento presente no roteiro, afirmavam que os professores no México eram mais combativos que no Brasil. Essa afirmação criou uma polêmica que mostra a falta de conhecimento por boa parte dos acadêmicos de licenciatura que desconhecem o papel social do professor no Brasil bem como de suas lutas sociais.

Outro ponto de debate em relação a esse filme e o papel dos meios de comunicação tradicionais (redes de tv, jornais etc...) e a internet. Muitos alunos afirmaram que os meios de comunicação tradicionais escondiam esses fatos por causa dos interesses financeiros que sustentam esses meios. Como foi sugerido uma pesquisa na internet a respeito desse fato, poucas foram as fontes apresentadas para o debate, mostrando que mesmo na internet a lógica de contra-informação é a mesma dos meios tradicionais de comunicação/informação de massa.

O segundo filme trabalhado “Pro Dia Nascer Feliz” (Brasil, 2006) foi um documentário brasileiro de oitenta e oito minutos que fala sobre as diferentes situações pelas quais passam adolescentes de 14 a 17 anos nas escolas brasileiras.

Num contexto socioeconômico diferente, mas, parecido quando se trata do espaço escolar, ricos e pobres enfrentam precariedades, preconceitos, violência e esperanças num misto de sentimentos e situações que expõe, controla, intimida, confronta e promove insegurança no ambiente da escola e, às vezes, para além dos seus muros.

Dessa forma o objetivo do filme era mostrar a realidade da escola pública a partir da visão dos alunos e alunas que se tornam os atores sociais principais e a situação dos professores nesse contexto, como atores coadjuvantes na realidade mostrada.

Nessa produção cinematográfica foram ouvidos alunos de escolas periféricas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, além de alunos de dois renomados colégios particulares, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro.

A “realidade” da escola brasileira é representada de uma forma que mostra o trabalho do professor, principalmente na rede pública, como algo extremamente burocrático, cansativo, desmotivador e apático.

Percebe-se que a *intencionalidade* contida no filme é mostrar uma educação caótica no ensino público brasileiro, típico das reportagens que tratam do tema professor como um ‘coitado’ sem grandes expectativas e também como um dos responsáveis dessa realidade. Os alunos, por sua vez, são colocados em visões particulares e individualistas.

A partir desses pontos de observação, o roteiro que pedimos para os alunos seguirem dava conta de abarcar essas questões ideológicas e implícitas nas mensagens e informações contidas nos filmes. Esse exercício permitiu que o acadêmico relatasse as concepções teóricas assistidas no filme, bem como suas experiências em instituições de ensino citando algumas ‘ideias’/conceitos/concepções/ideologias que traziam em sua carreira estudantil; isso contribuiu para o entendimento da “realidade” dessas escolas formadoras (ou deformadoras?) na educação básica.

O texto de Rossi (1986), a respeito da *meritocracia no capitalismo*, serviu de fundamento para a análise da dualidade entre a escola de rico e a escola de pobre. Isto contribuiu para a desmistificação da questão do acesso social pela educação tão propagado nas políticas públicas presentes nos discursos governamentais e presentes no

documentário.

Diferenças na estrutura interna de cada escola e no conteúdo do ensino ministrado refletem as diferenças na composição social de seus corpos discentes. Reforçando essa situação, que privilegia os indivíduos das classes mais ricas, o fato mesmo de permanecerem mais tempo na escola faz com que eles se beneficiem mais do que os mais pobres dos fundos públicos que sustentam a escola pública. (...) Como o acesso à Universidade pública é em grande parte reservado aos estudantes oriundos das camadas médias e ricas da sociedade, mercê dos critérios de inclusão-exclusão que, mediante razões sociais e acadêmicas, tendem a eliminar o estudante pobre observar-se agravamento da discriminação contra a criança de classe trabalhadora, que recebe escolarização custeada pelo governo, nos níveis mais baixos (e menos custosos), enquanto os que mais têm, recebem a educação mais cara, subsidiada ou inteiramente sustentada pelos fundos públicos (ROSSI, 1986, p. 73).

O terceiro filme, “Escritores da Liberdade” (Estados Unidos, 2007) produção norte-americana/alemã com duração de cento e vinte e três minutos mostra, por meio de um drama, a realidade de uma professora norte-americana que luta sozinha contra um sistema educacional que tem na exclusão das classes trabalhadoras sua prática cotidiana. O objetivo dessa atividade a partir do filme era incitar os alunos a perceberem as possibilidades e limites da prática pedagógica do professor na sociedade capitalista.

A personagem da atriz Hilary Swank, iniciante na profissão de ensinar, tenta inspirar seus ‘alunos problemáticos’ a aprender algo a mais sobre tolerância, valorização humana, auto-estima, investimento nos sonhos e projetos futuros dos alunos, além da continuação dos estudos destes após o término da educação básica. A professora é constantemente confrontada por seus colegas de magistério e por grupos de *gangs* em sala de aula e fora dela envolvidos numa perigosa forma ideológica de recrutamento dos alunos.

Nesse filme o professor e sua metodologia são a solução para os problemas educacionais, típico da visão norte-americana a respeito da profissão do professor, que reafirma o individualismo idealista no qual não precisa ‘derrubar’/‘modificar’ o sistema. Bastando, para isso, transformá-lo com atitudes altruístas individuais que conduzem ao padrão de ‘bom cidadão’. Não se questiona o governo e sua forma de atuação. Esse tipo de filme ajuda a propagar a ideologia que a educação é a salvação da sociedade e não um instrumento que perpetua as relações de discriminação, ainda mais se tratando de um país capitalista com diferenças econômicas e sociais exorbitantes.

Para Apple (2003), autor que serviu de contraponto na análise do filme, a

realidade do sistema americano atual tem no controle cada vez mais intenso da metodologia do professor que só se justifica se alcançar resultados nos testes que o governo aplica. Essa perspectiva educacional tem sido aplicada no Brasil com os exames em todos os níveis de educação, que tem como principal objetivo criar uma lista das melhores e piores instituições de ensino.

(...) A ideia de um Estado forte também é visível no crescimento da regulamentação estatal no que diz respeito aos professores. Tem havido uma guinada cada vez maior da “autonomia permitida” para “autonomia regulamentada”, à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado, racionalizado e “policiado”. Sob condições de autonomia permitida, os professores já tiveram um dia o atestado profissional de que são basicamente livres - sem limites - para atuar em suas salas de aulas de acordo com sua própria capacidade de julgar as coisas. Em condições cada vez mais frequentes de autonomia regulada, os atos dos professores agora são sujeitos a um exame muito mais rigoroso em termos de processos e resultados. Na verdade, alguns estados dos Estados Unidos não só especificam o conteúdo que os professores devem ensinar, como também regulamentam os métodos apropriados para ensinar (APPLE, 2003, p. 62).

Nesse caso, o roteiro proposto sugeria que o aluno levantasse as diferentes metodologias utilizadas pela professora para alcançar seus objetivos pedagógicos e profissionais. Além disso, os alunos deveriam evidenciar os diversos tipos de práticas pedagógicas, seus procedimentos, seus resultados e as limitações político-sociais e educacionais da *práxis* docente no cenário da educação na atualidade.

A realização da tarefa de analisar *a linguagem cinematográfica e a (des) “construção” da identidade do Professor* revelou-se profícua no alcance dos objetivos propostos. A preparação, exposição, realização das atividades e a avaliação da série de filmes assistidos, permitiram que os acadêmicos apresentassem, por meio de conversas, debates e produções textuais, suas impressões, percepções, emoções e visões de mundo como futuros professores.

A exposição oral e escrita dos alunos demonstrou os conceitos e preconceitos adquiridos por intermédio da mídia que ‘manipula’ e cria imagens e *falsas identidades* na mente das pessoas produzindo arquétipos e/ou heróis criados a serviço de uma sociedade de classes que não desprezam o recurso das telecomunicações, com seus avançados aparatos técnicos e audiovisuais para re-criar ‘modelos’ a serem seguidos e/ou rejeitados, definidos *a priori*.

O uso de filmes como recurso didático deve ser cuidadosamente planejado e

executado de forma que a assistência seja crítica com reflexões e leituras que contribuem para esse processo. A título de exemplo da criticidade que se busca, nesse tipo de atividade, foi alcançada quando nossos alunos questionaram o motivo da passividade dos professores brasileiros em comparação aos mexicanos numa relevante luta pela união de vários segmentos sociais, principalmente os docentes.

Outras questões foram evocadas: por quê a mídia oficial não transmitiu e evidenciou o conflito no México com grande alcance social? Outros enfoques foram dados, como a situação caótica e a falta de motivação e medo dos recém-formados professores com relação à escola e à sala de aula.

Notamos que os alunos perceberam a importância do planejamento docente e o interesse aliado à capacidade que o professor tem de formar opinião, a intencionalidade do ensino e a posição que o professor assume. Desse modo, a cada filme trabalhado, importantes lições de vida e complexas situações no exercício da profissão docente foram percebidas e analisadas frente à situação socioeconômica e política de cada país, tomando como exemplo, a produção cinematográfica trabalhada.

Vale ressaltar que a dialética do debate através dos questionamentos foi essencial para a (re) construção de algumas ideias e conceitos preconcebidos, trazidos pelos acadêmicos em suas histórias de vida. Estes assumiram, naqueles momentos, uma postura mais firme e consciente da função de ensinar e da profissão de professor e o compromisso social embutido nela.

Enfim, os alunos puderam perceber, além das formulações e premissas teórico-metodológicas inseridas no processo de ensino, as importantes variáveis que transladam essa profissão. Ficou evidenciado que, no caso da sociedade brasileira, muitas vezes a mídia trata o *elemento professor* como um contestador sem objetivos claros e um pouco confuso em suas propostas de melhoria nas condições de trabalho e outras reivindicações semelhantes. É também pela mídia que se percebe o papel ideológico que ela transmite e as desinformações oficiais (ou oficiosas) a que prestam. Essa mesma mídia tenta impregnar e denegrir essa classe trabalhadora (os professores), como faz com tantas outras classes e movimentos sociais que, a serviço de uma reduzida “elite pagante” violenta e corrompe o processo de aquisição de conhecimento e de informações.

São contrastes e contrapontos que realçam a importante tarefa do professor em seu ato de ensinar que promove, socialmente, o aprendizado e que se configura como

uma profissão vinculada social e politicamente na vida diária de uma coletividade.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael W. Educando à direita. *Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.

DANTAS, Gilson. *México: Oaxaca, uma comuna do século XXI*. Brasília: Edições Centelhas Cultural, 2008.

DUARTE, Rosália. *Cinema e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA JÚNIOR, C. A. *A escola pública como local de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1990.

VIANA, Nildo. *Como assistir um filme?*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

Referências Cinematográficas

Granito de Arena (Pequeno grão de areia). Jill Freidberg. México, 2005.

Pro Dia Nascer Feliz. **Erro! A referência de hiperlink não é válida..** Brasil, 2006

Escritores da Liberdade (Freedom Writers). **Erro! A referência de hiperlink não é válida..** Alemanha / EUA, 2007.

Marcos Augusto Marques Ataídes

Possui graduação em licenciatura plena em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1996) e mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2005). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: ataidesmarcos@gamil.com

Arlete Mendes da Silva

Possui graduação em Geografia - Licenciatura Plena - pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (1992); especialista em Geografia Agro - Urbana pela Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA (1995) e Mestrado em Geografia Humana e Cultural pela Universidade Federal de Goiás (2003) e Doutoranda em Geografia Humana e Cultural pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2010); professora titular da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis desde 1988 e Professora Titular no quadro efetivo da Universidade Estadual de Goiás - UEG, desde 2004.

Crises do Capital

Ney Gonçalves

Analisaremos neste artigo os resultados contraditórios de um aumento da produtividade na produção de valores de uso e na produção de valores. Veremos que a diminuição da força de trabalho pelos meios de produção aumenta a produtividade do trabalho vivo e sua capacidade técnica de produção material de valores de uso, porém simultaneamente limita sua capacidade social de criação de valores novos ao reduzir seu peso relativo na produção de valor, do que uma parte crescente é valor transmitido na forma de trabalho morto já existente nos meios de produção. A diminuição do peso relativo da fonte de mais-valia que é o trabalho vivo se traduz assim para o capital em uma dificuldade crescente de valorização e se manifesta em uma tendência a queda da taxa de rentabilidade. O objetivo deste presente artigo é estudar este fenômeno particular da produção capitalista, em que o aumento da produtividade material que permite uma produção aumentada de valores de uso toma a forma social específica de uma produção restringida de mais-valia que implica uma tendência da queda da taxa de lucro.

Na circulação simples M-D-M (mercadoria- dinheiro- mercadoria), que é constituída por duas fases que se complementam, na venda e na compra, cuja separação abre a possibilidade de uma crise, a circulação do capital D-M-D' (dinheiro – mercadoria- dinheiro' acrescentado, este é o ciclo do capital dinheiro) é a unidade contraditória de dois momentos distintos que são a produção e a circulação, cuja separação abre também a possibilidade de uma crise. O processo de valorização do capital que somente acaba ao término do cumprimento do ciclo completo do capital, quer dizer, de suas fases de produção e de circulação, passa em primeiro lugar, na sua fase de produção, por uma desvalorização do capital. Convertendo de capital-dinheiro em meios de produção materiais e em força de trabalho, quer dizer, em capital produtivo, desta maneira perde sua forma de valor, da equivalente geral que é o dinheiro. Ao término da fase de produção, passa a existir na forma de capital-mercadoria, uma mercadoria que idealmente possui um preço, porém o valor acrescentado que contém deve ser realizado pela venda que permitirá o capital retomar a sua forma de dinheiro ou da riqueza universal. Marx escreve que

Se este processo fracassa - e a possibilidade deste fracasso está dada [...] pela simples separação-, o dinheiro do capitalista se terá transformado em um produto sem valor e não só não terá ganho nem

um novo valor, mais terá perdido o valor original (MARX, 2009, p. 355).

No processo de produção como tal, a valorização do capital aparece dependendo somente da relação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, entre o trabalho assalariado e o capital. No processo de circulação, a valorização aparece como uma simples relação entre a quantidade produzida de uma mercadoria e a necessidade social solvente desta mercadoria.

A questão que se coloca então é a seguinte: a valorização do capital na produção implica sua valorização na circulação (MARX, 2009, p. 363)? A resposta a esta questão, explica Marx, a economia política clássica se divide em dois campos, o de Ricardo para quem está na natureza do capital superar os obstáculos para sua frutificação, obstáculos que considera como puramente contingente, e o de Sismondi para quem estes obstáculos são atribuídos ao próprio capital, tendo a intuição de que as contradições que se depreende conduzem necessariamente o capitalismo a sua perdição. Sismondi escreve Marx, “tem captado mais a fundo a estreiteza da produção fundada sobre o capital”, enquanto que os economistas como Ricardo “tem compreendido a essência positiva do capital mais correta e profundamente”, ainda que “nunca compreenderam as verdadeiras crises modernas” (MARX, 2009, p. 363).

Para Marx, que de alguma maneira retém as contribuições positivas das duas escolas, para ele a produção capitalista é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, essa unidade que não é diretamente ou indiretamente, nada mais que um processo (MARX, 2009, p. 359) no qual as contradições entre produção e valorização são às vezes superadas (“a essência positiva” do capital colocada em evidência por Ricardo) e continuamente reproduzidas em uma escala maior, expressão do caráter limitado, histórico e transitório do capitalismo (pressentido por Sismondi).

Este limite, inerente não à produção em geral mas sim a produção baseada no capital, se manifesta periodicamente em suas crises de superprodução (MARX, 2009, p. 367). Nasce da relação fundamental da produção capitalista, o intercâmbio entre capital e trabalho assalariado, a única finalidade desde intercâmbio que é a extração da mais-valia. O trabalho assalariado somente existe em função da mais-valia que produz o trabalho necessário só existe como condição do trabalho excedente; o capital somente tem necessidade do trabalho na medida em que este lhe permite valorizar, produzir mais-valia. Por tanto, tem uma tendência a restringir o trabalho necessário para

aumentar o trabalho excedente e a mais-valia que é sua expressão em valor, ao restringir o trabalho vivo e, por conseguinte criar valor.

Conforme sua natureza, pois, coloca o trabalho e a criação de valores como uma barreira, na qual contradiz sua tendência a ampliar-se infinitamente. Como o capital por um lado lhe coloca uma barreira específica e por outro lado os impulsiona por cima de toda barreira, é uma contradição viva (MARX, 2009, p. 357).

Disso se deduz uma tendência simultânea a restringir tanto a esfera do intercâmbio como a criação de valor. A insuficiência de mais-valia, causa última das crises localizada na produção, se manifesta no mercado de maneira invertida, na forma de uma superprodução de mercadoria (invendáveis). A tendência do capital a valorizar-se sem limites “se identifica absolutamente aqui como barreira colocada na esfera da troca, [...] a realização do valor colocada no processo de produção” (MARX, 2009, p. 376). Além de certo ponto, o estalo da crise realiza uma “desvalorização ou destruição geral do capital [...] a fim de restaurar a relação correta entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, sobre o qual em última instância fundamenta-se tudo” (MARX, 2009, p. 406-407).

A análise das crises com o grau de abstração dito acima ressalta o fato de que é o fruto das contradições internas do capital, de que estão contidas na essência do capital e de que o mesmo ocorre com as tendências a superá-las. Com o grau de abstração do livro III de O capital, onde o problema da valorização já não é considerado nos termos abstratos da relação entre trabalho necessário e trabalho excedente mas sim nos termos do capital investido e de sua composição e dos lucros que obtém, as crises apresentam-se como momentos necessários da acumulação do capital e da evolução da taxa de lucro que é seu principal motor.

A existência de uma taxa de lucro considera suficiente para que a produção ocorra é o ponto de partida de uma acumulação cujo resultado é a tendência à queda da taxa de lucro. Esta provoca por sua vez uma aceleração da acumulação cujo objetivo é restabelecer uma rentabilidade deteriorada, porém a queda da taxa de lucro só pode ser compensada mediante um aumento da taxa de mais-valia a qual só pode aumentar graças a um novo aumento da composição orgânica, fonte de uma nova pressão sobre a queda da taxa de lucro. A dificuldade crescente da valorização do capital se expressa finalmente em uma queda efetiva da taxa de lucro, e um bloqueio na acumulação, quer dizer, nas crises, na superprodução de mercadorias, na superprodução de capital e um

crescimento da superpopulação relativa.

As crises não são acidentes conjunturais atribuíveis a causas exteriores ou a “choques aleatórios”, ou inclusive a uma má gestão da economia, o que deixaria entender que seriam evitáveis. Pelo contrario, são momentos inevitáveis da acumulação do capital, do processo contraditório entre a queda da taxa de lucro e o aumento da taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. As crises são expressão periódica de uma valorização insuficiente do capital; como vimos acima, está na natureza do capital. Marca um bloqueio na acumulação, um momento necessário cuja função é restabelecer as condições para uma suficiente rentabilidade do capital e permitir a recuperação da acumulação. Retomando a caracterização de Jonh Fullarton, citado por Marx, as crises são

O corretivo natural e necessário da abundância excessiva e inchada, a força medicinal mediante a qual nosso sistema social, tal como se encontra constituído atualmente, está em condições de aliviar-se a si mesmo, de quanto em quanto, de uma plethora que sempre volta a amenizar sua existência, recuperando assim sua condição saudável e viçosa (MARX, 2009, p. 421).

Na produção capitalista, as crises não são somente possíveis, mas necessárias. Sua necessidade surge duplamente: de sua inevitabilidade e de sua indispensabilidade. São necessárias, em primeiro lugar, no sentido de que o curso normal da acumulação conduz a elas necessariamente ou de uma maneira inevitável; ao ser o resultado da valorização insuficiente do capital e da queda da taxa de lucro que redunde no aumento da produtividade, expressando assim periodicamente em um bloqueio inevitável da acumulação. São necessárias, em segundo lugar, no sentido da função indispensável do saneamento que ela leva a cabo pela destruição de valores e a restauração da rentabilidade que dela se depreende, tornando possível a renovação da acumulação.

Em geral, ainda que seja provocada por uma conjuntura de conjunto, a crise começa em indústrias específicas, para propagar-se em sua continuação ao conjunto da economia. Pode desencadear-se por uma súbita quebra como na crise de 1929, por quebras espetaculares e pânico nas bolsas, para ser seguida por uma longa depressão da atividade econômica em geral. Entretanto, cada vez mais, com a entrada em cena da intervenção econômica do Estado a partir dos anos trinta, as crises foram transformadas de alguma maneira em “recessões”, quer dizer em crises “atenuadas”. Qualquer que seja a maneira em que se desencadeiem as crises se manifestam na forma de uma superprodução de mercadorias. A queda da atividade econômica ou crises de produção

está acompanhada de uma crise financeira. A suspensão de pagamentos das primeiras empresas afetadas perturba as obrigações recíprocas e provoca uma quebra em cadeia (MARX, 1995, p. 326). A queda na produção precipita a criação de uma massa de trabalhadores desempregado e diminui ainda mais o consumo já insuficiente.

A eliminação de um grande número de empresas falidas pela crise e a depressão que se segue, aumenta a rentabilidade das empresas que sobreviveram. O capital sai dela mais concentrado, um número inferior de capitalistas mais potentes dispõe de um mercado ampliado. Depois das quebras, os meios de produção podem ser recomprados a um preço baixo, de maneira que o capital encontra-se depreciado, ainda que o equipamento, as ferramentas e a máquina que são seu suporte material possuem a mesma capacidade produtiva. A depreciação do capital sem diminuição da capacidade produtiva dos meios de produção aos quais ele corresponde contribuindo assim para restaurar sua rentabilidade.

A crise serve também para eliminar definitivamente uma grande parte dos equipamentos menos rentáveis, velhos, pode ser o caso de liberar o capital líquido que estava associado a ele para reorientá-lo para os investimentos mais rentáveis. Ao fim deste processo de saneamento realizado pelas crises, o capital encontra-se reestruturado e de novo em condições de valorizar-se; se abre a via para uma nova fase de expansão e de acumulação. As crises aparecem assim como um mecanismo regulador da acumulação do capital, que assegura periodicamente a desvalorização e a destruição de valores produzidos em excesso e que prepara um novo começo para a acumulação. O movimento cíclico da acumulação que culmina nas crises é interrompido por ela, pode-se ver como simultaneamente sua continuidade esta assegurada por ela.

A entrada do capitalismo em seu estágio monopolista em princípios do século XX se viu uma transformação dos mecanismos das crises e de sua função de saneamento. O papel do capital financeiro, que se converteu em preponderante provedor de crédito tendo como fim a especulação ou com objetivos da concentração do capital produtivo, fazendo crer na capacidade da produção capitalista para superar seus próprios limites, preparando com isso as condições de sua queda, sendo tanto mais violenta quanto maiores eram as concentrações de capital. A crise mais violenta da história, a de 1929, revelou também, pela longa depressão que lhe seguiu, que o processo de saneamento necessário para a renovação havia se tornado impotente por si mesmo para restaurar a rentabilidade necessária para a renovação.

Portanto, o Estado encontrou-se forçado a intervir. Recorreu a diversos meios cujo objetivo era estimular a renovação da economia e colocá-la no caminho de um crescimento sustentado e sem crises. Intervindo também para sustentar mediante subsídios as empresas não rentáveis, porém consideradas indispensáveis, e para tomá-las a seus cuidados transferindo para o conjunto da sociedade as perdas daquelas dentre elas que haviam quebrado. Temos que enfatizar que neste novo contexto de grande concentração de capital, de pesado endividamento e de intervenção econômica do Estado, o desenvolvimento das crises no estagio monopolista encontra-se profundamente modificado em relação ao que ocorria no século XIX ao longo da fase de juventude do capitalismo, época em que as crises se desenvolviam livremente. Por outro lado, uma dimensão crucial caracteriza o estagio avançado ou monopolista do capitalismo, a economia de armamento, que veio a substituir a crise tradicional em sua função de destruição de valores.

Do que dizemos temos que ressaltar que as crises são parte integrante do processo de acumulação cujo principio motor é a taxa de lucro, e que sua causa última é a dificuldade de valorização do capital ou a escassez de mais-valia que se expressa em uma tendência à queda da taxa de lucro. Compreendida assim, as crises são um fenômeno cuja origem se situa na produção de mais-valia e não no nível do mercado onde se dá a saída das mercadorias e se realiza os valores produzidos, ainda que necessariamente se manifestem como um fenômeno de mercado, o que é natural na medida em que é o mercado o regulador da economia mercantil. Essa compreensão da teoria marxista das crises não é unanimemente compartilhada. De fato, existem diversas interpretações. O que se explica particularmente pelo fato de que como acabamos de ver Marx analisa as crises com diversos graus de abstração, que são outras tantas etapas sucessivas de uma explicação única das crises. Em primeiro lugar, ele localiza sua possibilidade geral na produção mercantil na separação da compra e da venda. Depois, na produção capitalista, na separação da produção e da circulação.

Entretanto, numerosos autores têm acreditado descobrir em Marx diversas teorias das crises. As explicariam bem como o resultado de uma queda da taxa de lucro, bem como por uma impossibilidade da realização da totalidade da produção no mercado. Por sua vez, as crises deste segundo tipo ou crises de realização se explicariam seja por uma capacidade de consumo demasiado fraca com relação à produção existente, seja pelas desproporcionalidades que culmina na produção excedente para

certos produtos e deficientes para.

A atribuição a Marx de uma diversidade de teorias das crises e em particular de explicações baseadas nas dificuldades de realização da totalidade do produto, que seriam distintas nas que estão ligadas a tendência da queda da taxa de lucro, se apoia geralmente nos seguintes extratos do O capital:

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só em quanto ao tempo e ao espaço, mas também conceitualmente. Uma só esta limitada pelas forças produtivas da sociedade, enquanto que as outras só estão pelas proporcionalidades entre os diversos ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Porém esta capacidade não está determinada pela força absoluta da produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduz o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo somente modificado dentro de limites mais ou menos estreitos. Esta limitada pelo impulso, de aumentar o capital e produzir em escala ampliada (MARX, 1995, p. 313-314).

E:

A razão última de todas as crises reais sempre seguirá sendo a pobreza e a restrição do consumo das massas em contraste com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se somente a capacidade absoluta de consumo da sociedade constitui-se seu limite (MARX, 1995, p. 623).

No dizer destes extratos, considerados como tais e separados do marco geral da exposição, incitam a identificar em Marx uma explicação das crises baseada no subconsumo e na desproporção, em uma palavra, em uma ruptura do equilíbrio entre produção e consumo ou entre as quantidades produzidas pelos diversos setores. Porém, está claro que as crises não podem ser assim explicadas. A desproporção entre os setores e o equilíbrio entre produção e consumo não são fatos excepcionais na economia mercantil, não são desordens momentâneas que precipitariam a economia nas crises. Pelo contrário são regras e existe permanentemente. E excepcionalmente e por puro azar que o equilíbrio se realiza em uma economia em que se impõe “a relação da produção global, como uma lei cega, aos agentes da produção, e não submetendo a seu controle coletivo como uma lei do processo de produção captada por seu intelecto associado, e deste modo dominante”. Em tal contexto, “a proporcionalidade entre os diversos ramos da produção se estabelece como um processo constante a partir da desproporcionalidade” (MARX, 2009, p. 329-330). Certamente, as crises “parciais” causadas pelas desproporções entre os setores podem ocorrer. Entretanto, este tipo de

crise, que pode ser reabsorvida pela simples redistribuição do capital e o trabalho entre setores, é diferente das crises gerais de superprodução cuja reabsorção necessita de um reequilíbrio de outra natureza, o restabelecimento de outro tipo de proporção, como veremos depois.

A debilidade do consumo da massa da população não pode ser vista como causa das crises capitalistas. Como explica Engels no seguinte estrato do Anti-Durhring:

O subconsumo das massas [...] não é, por desgraça, nenhum fenômeno novo. Deste quando existe classes exploradoras e exploradas. [...] o subconsumo é um fenômeno histórico permanente ao longo dos séculos, a paralisação das vendas que explode nas crises com caráter geral por excesso de produção só são registradas há cinquenta anos [...] O subconsumo [...] não nos diz nada acerca das causas da existência atuais das crises, como não nos ilustra tão pouco acerca do que podem explicar sua inexistência no passado (ENGELS, 1986, p. 251).

Na produção capitalista, escreve Marx, o subconsumo é um fenômeno permanentemente engendrado pelo próprio processo da acumulação de capital:

O fim do capital não é a satisfação das necessidades, mas sim a produção de lucro, que só logra esta finalidade em virtude do método que regula o volume da produção segundo a escala da produção, e não o inverso deve produzir constantemente uma cisão entre as restringidas dimensões do consumo sobre bases capitalistas e uma produção que tende constantemente a superar essa barreira que lhe é imanente (MARX, 1995, p. 329).

Temos que precisar que esta restrição do consumo é uma restrição no plano dos valores e que é completamente compatível com uma melhora das condições da vida, pois, que devido ao crescimento da produtividade, um valor menor de bens de consumo representa uma quantidade igual, inclusive superior de valores de uso, quer dizer, de bens para consumo. Seja como for, um fenômeno permanentemente da produção capitalista não pode ser invocado como explicação dos incidentes passageiros que são as crises (HILFERDING, 1985, p. 266) quanto à distorção entre produção e consumo persiste e agrava-se durante as crises, que são os meios pelo qual se prepara um novo auge. Se o subconsumo fosse a causa das crises, bastaria buscar os meios para aumentar o consumo para assegurar a recuperação. O que é necessário para o capital que busca uma rentabilidade restaurada é precisamente o contrario, como explica Marx:

Dizer que as crises provêm da falta de um consumo sem condições de pagamento, da carência de consumidores solventes, é incorrer em uma tautologia cabal. O sistema capitalista não conhece outros tipos de consumo dos que podem pagar, excetuando o consumo próprio dos indigentes ou o dos malandros. Se as mercadorias se tornem

invendáveis significa unicamente que não tem encontrado compradores capazes de pagar por elas, e por tanto consumidores (já que as mercadorias, em última instância, compram-se com o objetivo ao consumo produtivo ou individual). Porém se se quer dar a essa tautologia uma aparência de fundamentação profunda dizendo que a classe operária recebe uma parte demasiado exígua de seu próprio produto, e portanto mal se remediará pelo fato deles receber uma fração maior de dito produto, aumentando seu salário, entretanto, bastará observar que invariavelmente as crises são preparadas por um período em que o salário sobe de maneira geral e a classe operária obtém realmente uma porção maior da parte do produto anual destinada ao consumo. Desde o ponto de vista destes cavaleiros do “dinheiro”!) do senso comum, estes períodos, inversamente, deveria conjurar as crises. Parece, pois, que a produção capitalista implica condições que não dependem da boa ou má vontade, condições que só toleram momentaneamente essa prosperidade relativa da classe operária, e sempre em qualidade de ave das tormentas, anunciadora das crises (MARX, 1995, p. 502).

O subconsumo apresenta-se portanto não como a causa das crises, mas sim como uma condição da acumulação. A compreensão desta aparência contraditória repousa sobre o esclarecimento da ambiguidade que deriva do duplo papel dos trabalhadores assalariados como produtores de mais-valia e como consumidores. Por um lado, o aumento de seu poder de compra aparece como uma garantia para a venda dos produtos no mercado. Por outro lado, a restrição do salário apresenta-se como condição da valorização do capital:

Cada capitalista sabe, com respeito a seu operário, que não lhe contrapõe como produtor frente aos consumidores e deseja reduzir ao máximo o consumo deles, quer dizer sua capacidade de troca, seu salário. Deseja, naturalmente, que os operários dos demais capitalistas consumam a maior quantidade possível de suas próprias mercadorias. Porém, a relação entre cada capitalista e seus operários é a relação em geral entre capital e o trabalho, a relação essencial. Não obstante isso, a ilusão – correta para o capitalista individual, a diferença de todos os demais – de que a exceção de seus operários todo resto da classe operária se lhe contrapõe como consumidores e sujeitos do intercâmbio, não como operários mais sim como dispensadores de dinheiro, surge precisamente dali (MARX, 2009, p. 373-374).

Ao ser a relação do capital com o trabalho assalariado a relação essencial, a proporcionalidade cujo restabelecimento pela crise está encaminhada a assegurar a recuperação, é aquela que estabelece a quantidade adequada de trabalho excedente proporcionado pela quantidade determinada de trabalho necessário. A relação entre trabalho e capital é por tanto uma proporcionalidade de um tipo particular, diferente da que caracteriza o equilíbrio entre produção e consumo ou ao intercâmbio entre setores de produção e o repartição dos capitais que são investidos neles (e do trabalho que tem de enfrentar). A crise aparece por tanto como um meio para restabelecer a força uma proporcionalidade adequada entre trabalho necessário e

Em realidade a questão se resume em determinar se as crises são o resultado de um desequilíbrio do mercado, superável por um reajuste apropriado, quer dizer, por uma nivelção da oferta e da demanda assim como das proporcionalidades entre setores, ou o resultado das crescentes dificuldades de valorização do capital, superáveis somente pelo restabelecimento da rentabilidade, de uma produção suficiente de mais-valia; as crises estão vinculadas a dificuldade de realização que nasce da desproporcionalidade ou o subconsumo, ou da tendência da queda da taxa de lucro, expressão específica do aumento da produtividade na produção capitalista? Ainda que exteriormente se manifestem sempre como fenômeno de mercado, as crises se explicam a partir das condições de frutificação do capital, quer dizer, da produção de mais-valia, que, sem ser imediatamente perceptível, entretanto, é o motor da produção capitalista. De novo se encontra confirmado à reflexão de Marx referente à que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente” (MARX, 1995, p. 104).

A explicação das crises de superprodução pela insuficiência do consumo final, quer dizer, do consumo de bens de consumo, equivale a considerar a superprodução e o subconsumo como duas expressões equivalente e simétrica de um mesmo e único fenômeno. Agora, superprodução geral de mercadoria que caracteriza a crise não é unicamente uma superprodução de bens de consumo; é também superprodução de meios de produção. O subconsumo de bens de consumo é, portanto, uma simples dimensão da superprodução geral.

A superprodução tem como condição, especialmente, a lei geral da produção do capital, que consiste em gerar o tom com as forças produtivas (quer dizer, da possibilidade de explorar o maior volume possível de trabalho com um volume dado de capital) sem preocupar-se com os limites estabelecidos pelo mercado ou pelas necessidades solventes, e levar até o fim isto mediante a ampliação constante da reprodução e da acumulação, quer dizer, mediante a constante reconversão da receita em capital, enquanto que, de outro lado, a massa dos produtores segue atendendo necessariamente suas necessidades por meias e subsumidas a base da produção capitalista (MARX, 1980, p. 491).

Como vimos, a capacidade de consumo da sociedade está determinada pelas relações de distribuição antagônicas que as reduzem a um mínimo suscetível de variar dentro de limites mais ou menos estreitos (MARX, 1995, p. 313-314) limites que estão

determinados pela necessidade de valorização do capital. Como o objetivo do capital é a produção de lucro e não a satisfação de necessidades, e como somente alcança isso adaptando a massa da produção a capacidades crescentes o capital necessariamente deve apresentar de maneira constante uma discordância entre as dimensões restringida do consumo e a massa produzida de bens de consumo (MARX, 1995, p. 329) as restrições de consumo que o capital impõe aos assalariados se ajustam as que se impõe a si mesmo, a parte da mais-valia que os capitalistas estão impedidos de acumular que tende a crescer com relação ao que destinam a seu consumo final. Porém a superprodução de bens de consumo somente é um aspecto da superprodução geral que também é superprodução de meios de trabalho:

Porém, periodicamente se produz demasiado meios de trabalho e de subsistência para fazê-lo atuar em qualidade de meios de exploração dos operários a determinada taxa de lucro. Se produzem demasiadas mercadorias para poder realizar o valor e o mais-valor contido ou encerrado nelas, as condições de distribuição e consumo dadas pela produção capitalista e reaplicado em novo capital, quer dizer para levar até o fim este processo sem explosões constantemente recorrentes (MARX, 1995, p. 331)

A origem da superprodução geral é a interrupção da acumulação provocada pela queda da rentabilidade do capital que, ela mesma, é o resultado do aumento da composição orgânica do capital e de um insuficiente aumento da taxa de mais-valia. A interrupção da acumulação em seus componentes constante e variável, que implica numa queda da demanda de meios de produção e de bens de consumo, aparece assim no mercado como se fosse uma insuficiência da demanda global, quando na sua essência ela é causada pela impossibilidade de o capital obter uma rentabilidade.

A reprodução ampliada se baseia na realização da totalidade do valor produzido. A fração deste valor que corresponde aos salários pagos, v (capital variável), é somente uma fração do valor total, $c+v+pv$ (capital + capital variável+ mais-valia). A fração consumida dos meios de produção, c , deve ser substituída pela mais-valia, pv , deve ser em parte gasto pelos capitalistas para a compra bens de consumo final e é em parte acumulada, transformada em capital adicional, constante e variável. Na medida em que a taxa de lucro a justifique, a acumulação prossegue, assegurando a realização desta mais-valia, ou de sua transformação em novo capital, paralisam quando a taxa de lucro cai; a crise de rentabilidade do capital que freia a acumulação se manifesta então no plano do mercado como crise de realização.

A crise, que é o bloqueio da acumulação, ao ter sua origem em uma escassez relativa de mais-valia, só pode ser superada pela reativação da acumulação que, em si mesma, supõe o restabelecimento das condições da produção de uma quantidade suficiente de mais-valia, o restabelecimento de uma taxa de lucro adequada. O remédio proposto pelos subconsumistas, que vêem as causas das crises nas dificuldades e na insuficiência do consumo final, e o de aumentar estes. Como vimos anteriormente, este meio, longe de restaurar a rentabilidade, entra em conflito com ela. Desde este o ponto de vista do capital, a restrição do consumo e não seu aumento é a condição da acumulação. Como vimos anteriormente, aprofundamos nesta questão com relação a análise das políticas econômicas que vêm na insuficiência da demanda global como o problema a ser superado para assegurar o crescimento da economia e que com este fim se apoia em medidas estatais de redistribuição da receita e dos gastos públicos. Todas essas políticas econômicas se mostram remédios ineficientes, pois, a origem da crise está na relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente.

Vimos que Marx designa a lei da tendência da queda da taxa de lucro como a lei mais importante da economia política moderna; desde o ponto de vista histórico, precisa ele, é a lei mais importante. O significado desta caracterização foi invocado ao longo deste texto. Deduz-se em particular da crítica que Marx faz da concepção de Ricardo de uma tendência da queda da taxa de lucro que deriva de causas naturais como a fertilidade decrescente das terras. Para Marx, recordemos, esta tendência à queda demonstra que o modo de produção capitalista encontra um limite “que nada tem que ver com a produção da riqueza em quanto tal” e que este “atesta a limitação e o caráter somente histórico e transitório do modo de produção capitalista”. Testemunha prossegue ele, “que este não é um modo absoluto para a produção da riqueza, mais que, pelo contrário, chegado a certa etapa, entra em conflito com o desenvolvimento anterior desta riqueza” (MARX, 2009, p. 310). A própria caracterização do modo de produção capitalista como um modo transitório atingido de uma contradição permanente entre sua tarefa histórica de desenvolvimento das forças produtivas material e as relações sociais que corresponde.

A lei da tendência da queda da taxa de lucro testemunha, portanto, para Marx uma tendência do sistema capitalista como tal, enquanto sistema histórico transitório, e não somente de flutuações conjunturais que culminam periodicamente nas crises. A seguinte passagem dos Grundrisse resume esta visão do sentido histórico da tendência à

queda da taxa de lucro.

O desenvolvimento das forças produtivas motivadas pelo capital mesmo em seu desenvolvimento histórico, uma vez chegado a certo ponto, anula a autovalorização do capital em vez de estimulá-la. A partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas se torna um obstáculo para o capital; por tanto a relação do capital se torna em uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. O capital, quer dizer o trabalho assalariado, chegando a este ponto entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema corporativo, a servidão da gleba e a escravidão, e, em sua qualidade de trava, se elimina necessariamente [...] Em agudas contradições, crises, convulsões, se expressa à crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade a suas relações de produção até hoje vigente. A violenta aniquilação do capital não por circunstâncias alheia a ele mesmo, mas sim como condição de sua autovalorização, é a forma mais contundente em que ele adverte que se vai e que deixará seu lugar para um estagio superior da produção social (MARX, 2009, p. 282).

Além de certo ponto, o capital, que foi um fator de progresso da humanidade, que criou a base material da edificação de uma sociedade superior, se converte em um obstáculo para a continuação deste desenvolvimento no interesse da humanidade. Ao ter esgotado sua missão histórica, surge objetivamente a necessidade de sua substituição.

Referências Bibliográficas

ENGELS, F. *Obras Filosóficas*. México: Fondo de Cultura Económico, 1986.

HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: tecnos, 1985.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Novena reimpressão: 2009.

MARX, K. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económico, 1995.

MARX, K. *Teorias da mais-valia*. São Paulo: Difel, 1983.

Ney Gonçalves

Possui formação teórica autodidata; é autor do livro publicado pela editora Kelps e PUC-GO com o título *Valor e Crise*, e de um outro, que já está no prelo e será lançado pelas mesmas editoras cujo título será *Marxismo, Estado e Crise do Capital*.

E-mail: neymarxismo@hotmail.com

Capital Farmacêutico, Medicalização e Invenção de Doenças

Nildo Viana

O processo de medicalização da sociedade já vem sendo denunciado a muito tempo por parte de cientistas sociais e outros pesquisadores da área de ciências humanas. Porém, o processo de medicalização vem se aprofundando, apesar das críticas, e agora profissionais de outras áreas, incluindo medicina e biologia, aumentam o número dos críticos. Simultaneamente, o capital farmacêutico, o maior – mas não único – interessado nesse processo de medicalização, reforça suas estratégias publicitárias, seu investimento em pesquisa, não apenas no sentido de produzir medicamentos, mas também no sentido de produzir novas doenças. Nesse sentido foi cunhado o termo “*disease mongering*”, ou “invenção de doenças”.

O processo de invenção de doenças já é antigo e seu exemplo clássico é a psiquiatria e as “doenças mentais”, que depois das críticas viraram “transtornos mentais” e continuam existindo e sendo reforçados por profissionais da psiquiatria e com uma enorme ajuda do capital farmacêutico. Segundo o psicólogo L. Kamin, o biólogo Richard Lewontin e o geneticista S. Rose (1987), a cada dez anos surge uma nova doença mental e um novo remédio para ela. A fonte ideológica desse processo reside em transformar o que é psíquico – algo que é inorgânico, mental, cuja origem é social e/ou de caráter comportamental – em doença, ou seja, em algo delimitado organicamente que teria origem “biológica” (Szazs, 1979; Szazs, 1980; Viana, 2010). Assim, todos que saem do padrão de comportamento imposto socialmente podem ser considerados “anormais”, em contraposição ao “normal”, inclusive jovens, militantes políticos, entre outros. A ideologia da normalidade/anormalidade (Fromm, 1976; Horney, 1984) tem o papel social claro de padronizar comportamento e para isso usa um conjunto de mecanismos, inclusive a medicalização.

No entanto, esse processo de invenção de doenças se amplia cada vez mais e não é apenas mais relativo à mente ou comportamento, mas também relativo ao corpo e isso se vê na atribuição de caráter de doença para a calvície, trazendo, como “solução”, o “medicamento apropriado”, divulgado amplamente por uma ampla campanha publicitária. Porém, a lista é maior do que se pensa: menopausa, depressão, etc., são “doenças” que precisam ser tratadas. Segundo Moynihan e Kassels (2011):

As definições das doenças são ampliadas, mas as causas dessas

pretensas disfunções são, ao contrário, descritas da forma mais sumária possível. No universo desse tipo de *marketing*, um problema maior de saúde, tal como as doenças cardiovasculares, pode ser considerado pelo foco estreito da taxa de colesterol ou da tensão arterial de uma pessoa. A prevenção das fraturas da bacia em idosos confunde-se com a obsessão pela densidade óssea das mulheres de meia-idade com boa saúde. A tristeza pessoal resulta de um desequilíbrio químico da serotonina no cérebro.

O capital farmacêutico gerou a produção de ideologias e financiou pesquisas sobre outra nova doença: “a disfunção sexual feminina”. Desta forma, o capital farmacêutico, juntamente com a pesquisa científica e meios oligopolistas de comunicação, agências de publicidade, médicos, etc. inventam falsas doenças para provocar a medicalização e, portanto, ampliação do mercado consumidor de remédios, serviços médicos, etc.

O objetivo disso, obviamente, é a reprodução ampliada do mercado consumidor, conseqüência natural e lógica da reprodução ampliada do capital. A lógica da acumulação capitalista é a da reprodução ampliada: $d - m - d' - m - d'' - m - d'''$ que significa dinheiro-mercadoria-dinheiro, no qual o capital investido através da exploração dos trabalhadores gera mais dinheiro que é reinvestido, aumentando a produção, que gera ainda mais dinheiro, que novamente é reinvestido e assim sucessivamente. Isso significa que é sempre necessário aumentar a produção e, junto com isso, aumentar o consumo. A reprodução ampliada do capital gera a necessidade de reprodução ampliada do mercado consumidor. O capital farmacêutico, assim como o capital industrial e outros setores do capital, produz cada vez mais e precisam vender cada vez mais, ou seja, reproduzir de forma ampliada o mercado consumidor. A publicidade é uma das estratégias utilizadas, somada ao poder de convencimento de pesquisas científicas e da medicina em uma sociedade cada vez mais “racionalizada”, ou, em outras palavras, submetida à razão instrumental.

A revista inglesa “*British Medical Journal*” relata e pesquisa de Ray Moynihan e Barbara Mitzes, Universidade de Newcastle (Austrália), contida no livro “*Sex, Lies and Pharmaceuticals*”, no qual denuncia a produção de uma nova doença, através da manipulação realizada por funcionários de laboratórios e “formadores de opinião pagos”. Assim, a união da campanha publicitária do capital farmacêutico, mais medicina e pesquisa científica financiada pelo mesmo capital farmacêutico, e reprodução em meios oligopolistas de comunicação, proporcionam um processo de

invenção de uma nova doença, que os pesquisadores e propagandistas dizem ser “generalizado”, e sendo caracterizada como uma “desordem do desejo sexual hipoativo”. Os pesquisadores eram empregados ou financiados pelo capital farmacêutico. Outras pesquisas, fora do domínio do capital farmacêutico, questionavam a existência de suposta doença.

Ainda segundo o estudo de Moynihan e Mintzes, o laboratório Pfizer financiou cursos para médicos norte-americanos nos Estados Unidos na qual se colocava dados sobre a “doença inventada” (63% das mulheres estariam com “disfunção sexual”) e a solução (“cura”) seria testosterona com Sildenafil (princípio ativo do Viagra, produzido pelo mesmo laboratório), aliada com “terapia comportamental”. Na Alemanha, a Boehringer Ingelheim, outra grande representante do capital farmacêutico transnacional, anunciou o lançamento da “droga do desejo”, o Flibaserin, um antidepressivo. Contudo, a agência de controle de medicamentos dos EUA o vetou e desaconselhou o uso do Sildenafil.

Porém, o efeito da propaganda é devastador, pois cria uma necessidade fabricada em torno de uma doença fabricada. Além disso, a disfunção sexual feminina, quando realmente existente algum desinteresse sexual, é relacionada com um problema orgânico, uma doença, sendo que sua real origem geralmente é psíquica e de nada adiantará uso de medicamentos, sem falar nos “efeitos colaterais” do mesmo. A sociedade competitiva e as formas de repressão e opressão social, convivendo com uma época de “luta contra o vazio” (Rojas, 1996), abrem espaço para a medicalização e invenção de inúmeras doenças, tais como a disfunção sexual feminina, bexiga hiperativa, depressão, calvície e diversas outras. Além dos efeitos colaterais, muitas vezes o medicamento gera aquilo que supostamente deveria combater:

A venda de doenças é feita de acordo com várias técnicas de *marketing*, mas a mais difundida é a do medo. Para vender às mulheres o hormônio de reposição no período da menopausa, brande-se o medo da crise cardíaca. Para vender aos pais a ideia segundo a qual a menor depressão requer um tratamento pesado, alardeia-se o suicídio de jovens. Para vender os medicamentos para baixar o colesterol, fala-se da morte prematura. E, no entanto, ironicamente, os próprios medicamentos que são objetos de publicidade exacerbada às vezes causam os problemas que deveriam evitar (Moynihan e Cassels, 2011).

O tratamento de reposição hormonal (THS) aumenta o risco de crise cardíaca entre as mulheres; os antidepressivos aparentemente aumentam o risco de pensamento suicida entre os jovens. Pelo menos, um dos famosos medicamentos para baixar o colesterol foi retirado do

mercado porque havia causado a morte de “pacientes”. Em um dos casos mais graves, o medicamento considerado bom para tratar problemas intestinais banais causou tamanha constipação que os pacientes morreram. No entanto, neste e em outros casos, as autoridades nacionais de regulação parecem mais interessadas em proteger os lucros das empresas farmacêuticas do que a saúde pública (Moynihan e Cassels, 2011).

O resultado é campo de trabalho para médicos, lucros para o capital farmacêutico e invenção imaginária de doenças cujo tratamento gera doenças reais. Assim, as drogas legais passam a concorrer com as drogas ilegais, com a diferença é que quem lucra são outros e seu “público-alvo” é involuntário. O capitalismo contemporâneo, comandado por um novo regime de acumulação (Viana, 2009), cria uma reprodução ampliada de iatrogenese de doenças, para retomar conceito de Ivan Illich (1980)¹, a aplicação da ciência como força destrutiva, ao invés de produtiva.

O capital farmacêutico e a medicalização da sociedade são dois aspectos que caminham lado a lado e que expressam uma sociedade “doente”, no sentido de que sua reprodução é cada vez mais destrutiva, seja pela dinâmica do lucro, seja pela miséria psíquica reinante numa sociedade mercantil, burocrática e competitiva (Viana, 2008), fundada na exploração, dominação e opressão, criando um modo de vida fútil e o vazio daqueles que superaram a luta pela satisfação das necessidades básicas, e a miséria e a fome para milhões que não conseguiram nem isso.

O capital farmacêutico é apenas mais uma peça na engrenagem do capitalismo. E, atualmente, sob o regime de acumulação integral (Viana, 2009) e a constante necessidade de reprodução ampliada do mercado consumidor, é preciso ampliar a existência de doenças e a medicalização da sociedade, inclusive com rapidez e velocidade de reposição do consumo, sendo o mesmo processo que ocorre hoje na esfera artística, tal como na música onde o capital fonográfico acelerou a substituição das modas.

Aqui apenas se observa, novamente, que tudo foi absorvido pelo capital, cujo grande objetivo é aumentar a produção de mais-valor (exploração), que significa lucro, reprodução ampliada do capital e produção cada vez mais intensa de mercadorias e, por conseguinte, reprodução ampliada do mercado consumidor e do consumo. Doa a quem doar, mas não faltará remédio para esquecer a dor.

¹ “O termo técnico que qualifica a nova epidemia de doenças provocadas pela medicina, *iatrogenese*, é composto das palavras grega *iatos* (médico) e *genesis* (origem)” (Illich, 1980, p. 32).

Referências Bibliográficas

- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HORNEY, Karen. *A Personalidade Neurótica de Nosso Tempo*. São Paulo: Difel, 1984.
- ILLICH, Ivan. *A Expropriação da Saúde. Nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- KAMIN, Leon; LEWONTIN, Richard; ROSE, Steven. *Genética e Política*. Lisboa: Europa-América, 1987.
- MOYNIHAN, Ray e CASSELS, Alan. *Os Vendedores de Doenças*. Le Monde Diplomatique. 01/05/2006 Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=1842> Acessado em: 01/03/2011.
- O GLOBO. *Sexo, Mentiras e Remédios*. In: <http://oglobo.globo.com/vivermelhor/mulher/mat/2010/10/01/industria-farmaceutica-teria-ajudado-inventar-disfuncao-sexual-feminina-para-vender-tratamentos-922674934.asp> acessado em 08/03/2011.
- ROJAS, Enrique. *O Homem Moderno. A Luta Contra o Vazio*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- SZAZS, T. *A Fabricação da Loucura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SZAZS, T. *O Mito da Doença Mental*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VIANA, Nildo. *Cérebro e Ideologia. Uma Crítica ao Determinismo Cerebral*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital. Ensaio Freudo-Marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

Nildo Viana

Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília; autor de diversos livros, entre os quais “*Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*” (Bauru, Edusc, 2008); “*Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*” (Florianópolis, Bookess, 2012), “*A Concepção Materialista da História do Cinema*” (Porto Alegre, Asterisco, 2009), “*Manifesto Autogestionário*” (Rio de Janeiro, Achiamé, 2008), entre diversos outros.
E-mail: nildoviana@ymail.com

A Gênese do Conceito de Marxismo Ocidental

Ricardo Musse

O termo “ocidental”, empregado para distinguir uma vertente do marxismo, aparece pela primeira vez no ensaio “Estado atual do problema”, mais conhecido como “Anticrítica”, de Karl Korsch. Nesse texto, redigido para a segunda edição de *Marxismo e filosofia* (1930), delimita um grupo de comunistas, partidários da Terceira Internacional, dentre os quais são nomeados expressamente apenas Georg Lukács e ele próprio (KORSCH, 2008, p. 96 e 102-103).

O anúncio e a qualificação dessa nova tendência inscrevem-se no contexto das controvérsias suscitadas pela publicação, em 1923, de *História e Consciência de Classe* e de *Marxismo e Filosofia*. Ambos foram mencionados e condenados oficialmente, em 1924, no discurso de abertura do Congresso do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), por Wels, e quase simultaneamente, também no discurso de abertura, no V Congresso da Internacional Comunista, por Zinoviev. Configurou-se então uma inusitada concordância entre os presidentes de correntes que se encontravam então no auge da rivalidade política.²

O apoio às operações de guerra, com o voto a favor dos créditos militares pela bancada do SPD no parlamento alemão, seguindo uma decisão da cúpula partidária, em agosto de 1914, desencadeou o fim da Segunda Internacional e a divisão do movimento em dois troncos antagônicos. Pouco depois, essa ruptura consolidou-se com o debate e as divergências, em 1917, acerca da necessidade ou não de uma revolução burguesa na Rússia antes da transição ao socialismo.

Korsch surpreendeu-se não apenas com a coincidência temporal e a rapidez das reações, mas sobretudo com as semelhanças de conteúdo das duas imprecisões. Findo o espanto, chegou à conclusão – mote central de sua “Anticrítica” – de que, apesar da cisão e das declarações em contrário, comunistas e socialdemocratas continuavam partilhando a mesma concepção de marxismo. A dupla condenação de seu livro (e de *História e consciência de classe*) tornou evidente que havia uma espécie de comunhão entre revolucionários e reformistas:

Representantes credenciados das duas principais tendências do

² Para um relato dessa polêmica cf. KORSCH, Karl. “Estado atual do problema (anticrítica)”, p. 83-85; MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*, p. 71-80; BOELLA, Laura (org.). *Intellettuali e coscienza di classe: Il dibattito su Lukács 1923-24*.

marxismo oficial contemporâneo, com seguro instinto, logo farejaram neste modesto ensaio uma rebelião herética contra alguns dogmas comuns ainda hoje – e apesar de todas as oposições aparentes – às duas confissões da velha igreja marxista ortodoxa: diante do concílio reunido condenaram as ideias expressas neste livro como *desvio da doutrina estabelecida* (KORSCH, 2008, p. 83-84).³

No opúsculo de 1923, Korsch – ainda dirigente do Partido Comunista Alemão (KPD) –, a partir de um exame das relações entre o marxismo e a filosofia, sugere e ensaia alguns desdobramentos teóricos. Nas justificativas, apresenta sua intervenção como uma contribuição ao movimento de revitalização do materialismo histórico, concomitante às insurreições europeias capitaneadas pela Terceira Internacional.

As principais determinações conceituais de *Marxismo e filosofia* – a elucidação do papel da filosofia na gênese e na estrutura da obra de Marx e Engels; a compreensão do vínculo do materialismo histórico com o idealismo alemão; o esclarecimento da incompatibilidade dessa doutrina, “expressão da totalidade viva”, com a repartição do saber em áreas específicas, imposta pela divisão intelectual do trabalho – podem, por conseguinte, serem consideradas como resultados de uma concepção que define o marxismo, primordialmente, como prática revolucionária.⁴ Mesmo a reabilitação da crítica filosófica como fator decisivo no combate cultural, ao qual Korsch atribui, em mais uma coincidência temática com Lukács e Gramsci, importância equivalente às lutas econômicas e políticas, deriva desse esforço em complementar a reformulação da teoria e da prática decorrente da ruptura com o modelo da Segunda Internacional.

Na “Anticrítica”, Korsch se defende da denúncia de “heresia” contra-atacando. Seu alvo principal é a Internacional Comunista, a quem acusa de não ter rompido substancialmente com o “marxismo da Segunda Internacional”.⁵ Propõe assim uma alteração radical na demarcação da “linha divisória” do campo marxista:

Neste debate fundamental sobre a direção do marxismo contemporâneo, previamente anunciado por inúmeros sinais e hoje aberto, encontraremos, no que diz respeito às questões decisivas (a

³ KORSCH, Karl. “Estudo atual do problema (anticrítica)”, p. 83-84. Pouco adiante, o autor lista e hierarquiza os tais “representantes credenciados”: “Todos os argumentos que Bammel, Luppold, Bukhárin, Deborin, Béla Kun, Ruda, Thalheimer, Duncker e outros *críticos pertencentes ao Partido Comunista* dirigiram contra as minhas ideias, seja diretamente, seja indiretamente, [...] todos esses argumentos tão somente retomam e desenvolvem aqueles que o *teórico do Partido Socialdemocrata*, Karl Kautsky [...] já havia formulado há algum tempo numa detalhada resenha do meu livro, publicada numa revista da socialdemocracia alemã” (Idem. *Ibidem*, p. 84).

⁴ Cf. MUSSE, Ricardo. “Marxismo e filosofia”.

⁵ Ao contrário de Korsch, Lukács optou por não divulgar o manuscrito em que rebate as contestações a *História e consciência de classe*. O volume só foi editado postumamente, numa versão inglesa, com o título *Tailism and the dialectic: A defence of history and class consciousness*.

despeito de querelas secundárias e passageiras), de um lado, a antiga ortodoxia marxista de Kautsky e a nova ortodoxia do marxismo russo ou “leninista” e, de outro, todas as tendências críticas e avançadas da teoria do movimento operário contemporâneo (KORSCH, 2008, p. 84).⁶

Empenhado em demonstrar a pertinência dessa hipótese, Korsch rememora as fases sucessivas da linhagem marxista, acompanhando seus desdobramentos da fundação do materialismo histórico à atualidade. Nesse movimento, debruça-se demoradamente sobre o período da Segunda Internacional, recapitulando seus paradoxos.

Ele destaca principalmente o descompasso entre a ação política efetiva da socialdemocracia e a teoria marxista, formalmente adotada pelos partidos que constituíam a Segunda Internacional. Esse mesmo dilema reaparece – em outro registro – na constatação de que quanto mais a ortodoxia de Karl Kautsky pautava as deliberações do SPD tanto mais sua prática aproximava-se do revisionismo de Eduard Bernstein (KORSCH, 2008, p. 92). Korsch destaca ainda outra discrepância: a doutrina marxista, apesar da ampliação de sua base social e política, não atingiu, nesse período, o mesmo patamar dos anos 1840-1850, quando se apoiava num proletariado pouco numeroso e inexperiente, embora revolucionário (KORSCH, 2008, p. 94).

Por fim, Korsch inclui nessa série uma questão aparentemente alheia a essa discussão: o abandono da premissa de Marx de uma conexão imediata entre a teoria e a práxis revolucionária, consolidado com a prevalência da tese – proposta por Kautsky e referendada por Lênin em *Que fazer?* – de que a doutrina socialista não surge espontaneamente no movimento operário, devendo ser introduzida “de fora” pela intelectualidade marxista (KORSCH, 2008, p. 93-94).

Na contramão das histórias evolutivas então predominantes, Korsch oferece uma explicação pouco usual para essas contradições. Segundo ele, a divergência entre a doutrina marxista e a prática da Segunda Internacional deixa de ser ininteligível quando se considera que, “nesta fase histórica, o marxismo não foi, para o movimento operário [...] uma verdadeira teoria [...] mas sim e somente uma ideologia, trazida já pronta e acabada de fora” (KORSCH, 2008, p. 93).

“Anticrítica” detecta um processo semelhante no marxismo russo. Num breve balanço, salienta, ao longo de sua trajetória, a persistência de uma “mesma contradição

⁶ KORSCH, Karl. “Estudo atual do problema (anticrítica)”, p. 84.

[...] entre a teoria estabelecida e os verdadeiros traços históricos do movimento” (KORSCH, 2008, p. 105). Contemporaneamente, essa incongruência se manifesta na discrepância entre “a teoria marxista ortodoxa e a práxis inteiramente heterodoxa do revolucionário Lênin” (KORSCH, 2008, p. 106).

Convém observar que a homologia indicada por Korsch só se torna convincente graças a uma inversão. A contraposição que ele aponta na Terceira Internacional não é atribuída às insuficiências da ação política, à sua defasagem em relação à doutrina marxista, mas antes à carência de uma reformulação teórica sintonizada com a retomada da práxis revolucionária. Esse deslocamento, supõe ele, demanda uma atualização da questão “marxismo e filosofia”.

Entre a primeira e a segunda edição do livro de Korsch, a Internacional Comunista – após a morte de Lênin e concomitante à disputa pelo comando que culminou na ascensão de Stalin – adotou como doutrina oficial o “marxismo-leninismo”. Em seguida, o debate sobre os rumos do movimento, não inteiramente dissociado da polêmica acerca do legado de Lênin, foi sufocado. Nesse vazio, disseminou-se para além do território russo o conjunto de procedimentos que Korsch descreve como uma “ditadura ideológica [...] sobre a vida intelectual não apenas da confraria no poder, o Partido, mas sobre toda a classe operária” (KORSCH, 2008, p. 104). Segundo ele, o “marxismo-leninismo”,

Reivindica para a sua “filosofia materialista” uma espécie de autoridade judiciária superior diante de todos os resultados passados, presentes e futuros da pesquisa científica. Essa tutela da “filosofia” materialista – exercida tanto sobre as ciências sociais quanto sobre as ciências da natureza, e também sobre as outras manifestações culturais (a literatura, o teatro, as artes plásticas etc.) – seria desenvolvida pelos epígonos de Lênin até suas mais absurdas consequências (KORSCH, 2008, p. 103-104).

Embora sua notoriedade seja recente, o marxismo-leninismo, na opinião de Korsch, não constitui propriamente uma novidade. Trata-se apenas de um desdobramento linear do marxismo russo, vertente constituída a partir da inflexão peculiar que o materialismo histórico adquiriu na obra de Gueórgui Plekhánov.

Korsch ressalta o percurso de formação e a inserção histórica do marxismo-leninismo para contestar a pretensão à validade universal dessa doutrina, apregoada por seus adeptos. Além disso, o ato de circunscrever sua dimensão local compõe uma premissa indispensável do principal argumento do autor da “Anticrítica” em seu esforço

em demonstrar a existência de coordenadas teóricas comuns à Segunda e à Terceira Internacional.

No quadro elaborado por Korsch, o marxismo russo constitui uma das três tendências que protagonizaram, na época da Segunda Internacional, a controvérsia sobre a filosofia marxista. Disputou a representação da interpretação do legado de Marx e Engels tanto com a corrente, tributária do neokantismo e de Ernst Mach, integrada pelos austro-marxistas e por Bernstein, como com a ala central da socialdemocracia alemã, que incorporou a concepção cientificista-positivista, sistematizada por Kautsky e, antes dele, por Franz Mehring (KORSCH, 2008, p. 95).

Assim, não seria mero acaso que o livro de Lênin alçado à condição de fonte filosófica primordial do marxismo-leninismo, *Materialismo e Empiriocriticismo* (1909), tenha sido redigido exatamente nesse período. Segundo Korsch, o líder russo pleiteava apenas combater as “diversas tendências idealistas da filosofia burguesa moderna que – umas kantianas, outras empiriocriticistas baseadas em Mach – haviam estendido sua influência sobre as correntes revisionista e centrista do movimento socialista de então” (KORSCH, 2008, p. 98). A ênfase extremada no caráter materialista da filosofia marxista, sua desatenção às determinações do método dialético, deriva, em larga medida, dessa conjuntura.

Feita essa ressalva, Korsch desfere uma sucessão de golpes virulentos contra *Materialismo e Empiriocriticismo*. Suas setas visam propriamente não Lênin – enaltecido em *Marxismo e Filosofia* por conta de *O estado e a revolução* (1917) – mas seus epígonos, que tentaram transformar o livro de 1909, ignorando as circunstâncias de sua composição, em força “restauradora da verdadeira e autêntica filosofia marxista” (KORSCH, 2008, p. 96).

Quando elegem *Materialismo e Empiriocriticismo* como súpula da teoria comunista, os marxistas-leninistas, na avaliação de Korsch, cometem, no mínimo, dois equívocos. Na perspectiva política-prática, não perceberam que ainda hoje “a tendência dominante que impera (como há sessenta ou setenta anos) na filosofia, nas ciências naturais e nas ciências humanas da burguesia não é uma concepção idealista, mas algo que se inspira numa concepção materialista naturalista” (KORSCH, 2008, p. 100).⁷

No registro filosófico-teórico, não tiveram a perspicácia de observar que as

⁷ Korsch atribui essa ilusão de ótica à “situação econômica e social particular da Rússia e às tarefas políticas particulares, teóricas e práticas, que parecem se impor, e de fato se impõem, à Revolução Russa num período estritamente delimitado”.

limitações conceituais da obra de Lênin tornaram-se ainda mais salientes após a publicação, em 1923, na Alemanha, de *História e consciência de classe* e de *Marxismo e filosofia*. A comparação com o tratamento dispensado às questões filosóficas nesses dois livros legitima o veredicto de que Lênin compreende o materialismo

Como a pura e simples substituição da concepção idealista que está na base do método dialético em Hegel por uma outra concepção filosófica, não mais “idealista” e sim “materialista”; e ele parece não suspeitar que uma tal “inversão materialista” do idealismo hegeliano só poderia conduzir, no melhor dos casos a uma alteração terminológica: o absoluto já não seria o “espírito” e sim a “matéria”. O materialismo de Lênin, porém, encerra algo ainda mais grave [...] retrocede o confronto entre materialismo e idealismo a um nível de desenvolvimento histórico anterior ao alcançado pela filosofia alemã de Kant a Hegel (KORSCH, 2008, p. 101).

O aumento do tom, a quase vociferação, ensaiados por Korsch no exame de *Materialismo e Empiriocriticismo*, decorre uma estratégia meditada. Ao mobilizar esses artifícios retóricos, ele pretende reativar a querela filosófica que pautou a discussão interna na Internacional Comunista em 1924, cujo estopim foi a condenação, em bloco, de seu livro e de *História e consciência de classe*. Distante do “calor da hora”, a “Anticrítica” reconstitui essa controvérsia como um desdobramento filosófico do debate sobre as questões políticas e táticas que contrapôs – pouco depois da fundação da Terceira Internacional – “duas tendências revolucionárias surgidas no pré-guerra na Internacional Socialdemocrata e que na Internacional Comunista, apenas aparentemente tinham se unificado” (KORSCH, 2008, p. 96).

Assim, ao reafirmar sua convicção revolucionária, Korsch se apresenta como participante de um grupo político específico, estranhamente quase nunca mencionado em *Marxismo e filosofia*. Essa tendência, denominada por ele “marxismo ocidental”, congregaria os membros das correntes comandadas, na Alemanha, por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e, na Holanda, por Pannekoek e Gorter.

“Anticrítica” altera a rota não apenas da filiação de Korsch. Além dessa correção – decorrente, em parte, de seu empenho em delinear uma linhagem indicando seus precursores – submete a uma metamorfose a própria proposta inicial de revalorização do conteúdo filosófico da doutrina de Marx e Engels, que deixa de ser um simples complemento teórico da práxis revolucionária. A edição de 1930 redimensiona a questão “marxismo e filosofia”, elevando-a à condição de bússola e arma de um duplo combate, teórico e prático, travado simultaneamente contra a socialdemocracia e o

marxismo-leninismo.

Uma ambiguidade essencial perpassa a “Anticrítica”. Korsch não esclarece se essa batalha intelectual deve ser encaminhada ainda no âmbito da Terceira Internacional. Essa indeterminação, no entanto, em breve foi dirimida. Sua proposta de retomada da querela filosófica de 1924 não encontrou eco. Com a bolchevização forçada das seções não russas, Korsch e todos aqueles que discordavam desse processo foram empurrados sumariamente para fora da Terceira Internacional.

Referências bibliográficas

- BOELLA, Laura (org.). *Intelletuali e Coscienza di Classe. Il dibattito su Lukács 1923-24*. Milano: Feltrinelli, 1977.
- KORSCH, Karl. “Estado atual do problema (anticrítica)”. In: *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 83-122.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LÊNIN, Vladimir I. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LÊNIN, Vladimir I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, Georg. *Tailism and the dialectic: A defence of history and class consciousness*. London: Verso, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MUSSE, Ricardo. “Marxismo e filosofia”. In: revista *Margem esquerda*, n. 17, p. 137-141. São Paulo: Boitempo, 2011.

Ricardo Musse

Professor no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo. Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (1998) e mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992).

Uma participação “esquecida”: os anarquistas na Revolução Mexicana

João Gabriel da Fonseca Mateus

ZARCONI, Pier Francesco. *Os Anarquistas na Revolução Mexicana*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2006.

As leituras e interpretações bolcheviques, sobretudo leninistas, sobre os movimentos revolucionários populares do século XX ainda são hegemônicas na historiografia e na cinematografia. Tais leituras elegem indivíduos e os caracterizam como líderes da revolução, caracterizando o movimento enquanto vanguarda. A posição criada desses indivíduos com características e capacidades revolucionárias superiores aos próprios agentes revolucionários causa uma visão etapista, missionária e acrítica da história. Esta resenha tem o intuito de apresentar as contribuições do anarquista Pier Francesco Zarcone no seu livro intitulado *Os anarquistas na Revolução Mexicana* dando destaque à presença dos anarquistas no movimento revolucionário, apresentando críticas a esta historiografia.

Esta obra, de forma geral, apresenta argumentos e fatos que colocam a relevância do pensamento anarquista, embora difuso e não-doutrinário, no processo histórico que culminou com o levante popular da Revolução Mexicana de 1910.

O anarquismo, enquanto corrente do movimento proletário, surge com o advento do capitalismo a partir da luta de classes em um determinado contexto histórico e social, para a construção de uma sociedade autogerida e antiautoritária. Assim, podemos afirmar que no contexto da AIT em 1864 as ideias do movimento libertário se espalham no mundo, de forma desigual.

Com um livro pequeno, porém muito informativo e carregado de fatos, Pier Francesco Zarcone, apresenta o contexto anterior da Revolução Mexicana, a Revolução e a Pós-Revolução.

O anarquismo, a partir dessa premissa, assume ao longo de seu desenvolvimento diversas características na estratégia e na forma de luta. É, pois, impossível encontrar uma ação una nos princípios anarquistas da Revolução Mexicana e na Revolução Espanhola, por exemplo, argumenta Zarcone. É por esse motivo que mostraremos a

viabilidade e problemas desse livro de Pier Francesco Zarcone para entender o papel exercido pelos anarquistas na Revolução Mexicana.

Logo na apresentação, Zarcone apresenta dois objetivos e utilidades de se tratar de anarquismo no contexto da Revolução Mexicana: a primeira, histórica, pois sem a influência anarquista a Revolução tinha tomado caminhos diferentes; segunda, pela política atual onde os efeitos da Revolução de 1910 estão na base do magonismo e do zapatismo do EZNL.

No capítulo *Síntese da História Moderna do México*, Zarcone apresenta argumentos mostrando que a tragédia do México não tem origem na conquista Colonial espanhola, “embora tenha sido vivida como uma catástrofe cósmica: o fim de um mundo no sangue e na destruição, na colonização forçada das ruínas do país e da própria psique das pessoas” (p. 9). Esse argumento se sustenta na existência de um governo asteca regimentado em práticas de guerra e subjugação de povos minoritários no Império. Mas, há de se destacar que a colonização espanhola foi preponderante na dizimação de povos indígenas através de conquistas territoriais, religiosas, econômicas, etc.

A condição de submissão mexicana não acaba com a Independência em 1821, pois alguns anos após, especificamente em 1845, o México perde territórios para os Estados Unidos. De toda forma, o México se lançou em guerras civis para por fim às oligarquias que acabaram com a vitória de forças reacionárias e conservadoras, agravadas com as intervenções econômicas de países como a França, Inglaterra e Grã Bretanha. Mais que a mera intervenção exterior, em 1876, Porfírio Diaz ascende ao poder e instaura uma ditadura militar regada de repressão à revoltas populares. O quadro político, social, econômico do período antes de 1910 pode ser caracterizado com total submissão da população aos governos, sejam europeus, sejam nacionais.

No segundo capítulo, intitulado *As Origens do Anarquismo Mexicano* a escrita de Zarcone aparece como uma crítica à leitura determinista e personalista que aponta que o nascimento do anarquismo mexicano se deu com Ricardo Flores Magón. Para o autor, “o nascimento desta corrente no México aconteceu pelo menos 50 anos antes da grande revolução de 1910” (p. 17). Porém, o autor cai no personalismo quando elege o imigrado grego Plotino Rhodakanaty como o precursor do anarquismo no México, influenciado pelas ideias de Fourier e Proudhon, quando editou a *Cartilha Socialista*, de origem fourierista e em 1863 formou o *Grupo de Estudos Socialistas* que posteriormente formarão a *Sociedad Particular de Socorros Mútuos* e em 1868 a

organização da sociedade secreta *La Social-Sección Internacionalista* de inspiração bakuninista. Diversas outras organizações de cunho bakuninista se formaram em torno de Rhodakanaty, Villanueva, Zalacosta e Villavicencio. Ressalta-se nesse período a principal organização anarquista do México chamada de *Sociedad Agrícola Ocidental* que nas décadas de 60,70 e 80 tem hegemonia nas atividades libertárias.

Outro indivíduo com grande contribuição apresentado por Zarccone é Chávez López, que publica um manifesto para incitar “os mexicanos à rebelião armada geral” (p. 20) em 1869. Este manifesto é a primeira “revolta mexicana de camponeses conceitualmente e integrada na luta de classes” (p. 21). Nesse ponto, fica evidente a posição que Zarccone tem do movimento camponês ao afirmar que só nesse momento há a integração do campesinato à luta de classes devido as contribuições de um único indivíduo.

Na década de 80, há de se destacar o movimento rural mexicano do *La Social* com José María González que incitava a população através de um plano de destruição do governo de Porfírio Díaz a criar associações autônomas. De maneira geral, o movimento foi totalmente reprimido. A década de 80 foi o momento principal de revoltas populares e também de repressões por parte do governo que culmina na morte de Francisco Zalacosta, ocorrendo um total controle do movimento operário criando cooperativas governistas e ilegalizando as práticas anarquistas.

No capítulo *O Século Novo: Ricardo Flores Magón*, o autor se dedica a mostrar que o pensamento anarquista mexicano nos primeiros anos do século XX esteve ligado a três características principais: cooperativismo, anarcossindicalismo e o anarquismo dos imigrantes espanhóis. Para Pier Francesco Zarccone, o anarquismo mexicano se desenvolve politicamente pela figura de Flores Magón. Bom, fora a publicação da revista *El Demócrata*, em 1900, com a influência de Paul Robin, amigo de Bakunin, os anarquistas fundaram o periódico *Regeneración*, trazendo uma militância contrária ao governo de Díaz. Com a criação do PLM (Partido Liberal Mexicano) de vertente “burguês muito radical” (p. 26), Magón, no ano de 1901 adere à perspectiva do partido. Esse partido tinha duas vertentes principais: o movimento guerrilheiro e movimento ligado aos indígenas. Com a interferência de Magón, o partido ultrapassa os objetivos originais de apenas expulsar Díaz do governo e a maioria de seus membros aderem às lutas libertárias. Essa radicalização de grande parte do PLM ocasionou no fato de Madero romper com o partido. No ano de 1907, devido a uma repressão do governo estadunidense, a maioria dos dirigentes do partido é presa. Com tal acontecimento, a

maioria dos filiados do partido que, aos poucos, aderiu à luta libertária foi indo para as fileiras maderistas, ocasionando uma deteriorização do movimento libertário. A questão do partido não representava nesse momento uma lógica estatista de disputa de eleições, cargos, etc., mas sim, uma perspectiva de indivíduos libertários pensando colocar um fim na ditadura de Díaz.

No capítulo *A Revolução*, o autor coloca o estopim da Revolução que leva Madero ao poder. A fraude eleitoral de 1910 comandada por Porfírio Díaz daria início a Revolução Mexicana. Esse enfoque dado por Zarcón mostra a sua perspectiva em relação ao magonismo. Para ele, Zapata, que posteriormente lutara em grandes revoltas no sul do México, não era formalmente anarquista, mas, objetivava o mesmo: *Tierra y Libertad!* Nesse sentido a proposta magonista era superior à de Zapata. Este capítulo também reserva uma interpretação da guerra civil de 1913 que deixou um saldo de 800 mil mortos, sendo a mais sangrenta da Revolução. Ainda apresenta uma fala de Magón contra as políticas e interesses oportunistas de Carranza e Villa. As brigas de indivíduos que queriam liderar o movimento e satisfazer seus interesses continuam até a subida de Carranza à presidência em 1919. Para Pier Francesco Zarcón, o fim do processo revolucionário se dá em 1928 com a morte de Obregón.

O penúltimo capítulo apresenta o título *Emiliano Zapata, Zapatismo e Anarquismo*. A temática dele reserva argumentos que a luta por *Tierra y Libertad!* fica apenas na mão dos zapatistas ao sul do México devido a morte de Madero e a crise do PLM. O autor ressalta preponderantemente que onde tinham influências zapatistas, os conflitos contra a propriedade privada e o capitalismo se dão de forma acentuada.

Depois da morte de Zapata e a recuperação do controle estatal no Estado de Morelos, o sistema das autonomias locais foi suprimido pela autoridade e os conselhos de localidades foram nomeados pelo governo do Estado. Assim, a autonomia se perde completamente. Ainda, é interessante ressaltar a relativização de Zarcón sobre os possíveis contatos entre os magonistas e anarquistas das cidades e Zapata e os zapatistas. De fato, a presença libertária nesses conflitos existiam, porém, de forma difusa e sem uma identidade geral. É nesse caso que temos a presença de Soto y Gama, um anarcossindicalista que aderiu ao exército zapatista.

O último capítulo do livro é destinado a mostrar como foi a decadência do anarquismo no México. A COM (*Casa del Obrero Mundial*) criada em 1912 foi um fator da dissidência do movimento e principalmente um dos seus erros fatais, apontados por Zarcón. Em *O Anarquismo Fora dos Campos de Batalha, a Aliança com a*

Burguesia Capitalista e a Decadência, Zarcone mostra como os zapatistas começaram a divergir em relação às políticas da COM, por exemplo, os sentimentos religiosos dos zapatistas. Assim, chega-se a tese de Zarcone em relação à derrocada do anarquismo: “a conclusão, fatal para o movimento operário, foi que, a aliança com revolucionários inflexíveis como os zapatistas, porém não ateus, e a aliança com a burguesia agrária e urbana, representada por Carranza, a pureza anarquista ateísta da maioria dos membros da COM escolheu Carranza!” (p. 52). Aí, para o autor, reside o princípio dos conflitos entre o movimento operário organizado e os camponeses revolucionários ao lado de Zapata. Outros conflitos também são narrados, por exemplo, dos anarcossindicalistas contra Villa e Zapata. Carranza deixava seu caráter político claro pelo apoio à propriedade privada e um Estado forte que tão cedo causou os conflitos entre a COM e Carranza. Esses conflitos que se seguiram no país acabaram constituindo o pano de fundo da decadência do período revolucionário.

O fim trágico se dá quando o próprio governo de Carranza reprime totalmente a greve geral de 1916 e faz conciliações entre capital e trabalho e principalmente com a morte de Ricardo Flores Magón e Emiliano Zapata. Até a própria CGT começa a aderir ao cooperativismo e ao corporativismo sendo totalmente desfavorável à luta libertária, criando condições do estabelecimento do fim da crítica central dos anarquistas que é a ruptura.

O apêndice releve a posição do autor frente ao anarquismo e ao magonismo e zapatismo. O que ele ressalta em relação ao magonismo e o zapatismo é que tais movimentos são fortes no México na luta contra o capitalismo, mas tem inúmeras deficiências. Em relação a sua posição ao anarquismo ele revela posições problemáticas, quando acentua que esses movimentos tem posições libertárias mas atuam na vanguarda do movimento por autonomia e liberdade. O fato é que existem inúmeras divergências entre anarquismo, magonismo e zapatismo, mas existem também confluências como no objetivo finalista que é o fim do capitalismo. Contudo, a organização é central para o fim do capitalismo, pois se intitulados movimentos libertários lutarem para a direção do movimento consolidará a opressão e a continuidade do capitalismo.

A premissa de todos os capítulos da obra gira em torno da crítica à escrita dominante e seus valores, que “esquece” fatos e acontecimentos que põe em cheque o capitalismo em todas as suas esferas. Apesar de não ter sido possível abordar todos os aspectos das relações dos anarquistas no México (obviamente!), o livro ajuda a resgatar as contribuições dos anarquistas na Revolução Mexicana de 1910.

João Gabriel da Fonseca Mateus

Graduando em Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Autor do livro *Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro, Rizoma Editorial, 2012). Membro do corpo editorial da Revista Espaço Livre. E-mail: joaogabriel_fonseca@hotmail.com

Da Filosofia da Práxis à Luta pela Emancipação dos Trabalhadores

José de Lima Soares

DIAS, E. F. *Revolução e História – Das Teses ao Manifesto*. Campinas: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2011.

Pesquisador e professor aposentado pela Unicamp, Edmundo Fernandes Dias é mestre em Sociologia e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de vários livros, entre eles, *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia* (Xamã, 2000), *Política brasileira: embates de projetos hegemônicos* (Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006). Tem se destacado como um grande estudioso da obra de Antonio Gramsci. É militante também no movimento sindical, onde atuou como secretário-geral do ANDES-SN.

O livro *Revolução e História: das Teses ao Manifesto*, de Edmundo Fernandes Dias, traz uma reflexão profunda e abrangente sobre a trajetória intelectual e prática de Marx e Engels desde as Teses sobre Feuerbach até o Manifesto Comunista. Neste livro, a obra marxiana é apresentada não como uma investigação a frio, produto de um único autor na tranqüilidade de uma biblioteca, mas como uma obra coletiva, surgida em um processo a quente, não como uma fenomenologia histórica, mas como uma conclamação à luta.

O autor dividiu o livro em quatro partes, totalizando quatorze capítulos. Mas metodologicamente, resolvemos fundir em duas partes: a que trata das *Teses* e a segunda parte, do *Manifesto Comunista*, como projeto político estratégico. A primeira parte, embora trate diretamente das *Teses sobre Feuerbach*, o autor faz inúmeras incursões à obra de Marx e Engels, sobretudo *A ideologia alemã* e *A miséria da filosofia*. As Teses foram escritas em 1845 e são contemporâneas da época em que Friedrich Engels escrevera *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. As Teses foram originalmente publicadas em 1888 como apêndice da obra de Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Portanto, depois da morte de Marx. De acordo com Dias, o próprio Engels iria fazer o seguinte comentário: “Encontrei (...) em um velho caderno de Marx as onze teses sobre Feuerbach publicadas [aqui] em apêndice. São simples anotações, lançadas rapidamente sobre o papel para serem elaboradas mais tarde, de forma alguma destinadas à impressão, mas de valor

inestimável como primeiro documento onde estaria depositado o germe genial de uma nova concepção de mundo” (p. 26).

A nova concepção de mundo a que se refere Engels é o materialismo histórico. Ou seja, as teses expressam a síntese da concepção materialista da história. De acordo com Dias, As *Teses* expressaram uma ruptura não apenas com o pensamento de Feuerbach, mas com o idealismo hegeliano. Tudo fica mais claro nesta passagem da primeira *Tese*, onde Marx afirma que:

A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias - o de Feuerbach incluído - é que as coisas [*der Gegenstand*], a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do objeto [*des Objekts*] ou da contemplação [*Anschauung*]; mas não como *atividade sensível humana, práxis*, não subjetivamente. Por isso aconteceu que o lado *ativo* foi desenvolvido, em oposição ao materialismo, pelo idealismo - mas apenas abstratamente, pois que o idealismo naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos [*Objekte*] sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Ele considera, por isso, na *Essência do Cristianismo*, apenas a atitude teórica como a genuinamente humana, ao passo que a práxis é tomada e fixada apenas na sua forma de manifestação sórdida e judaica. Não compreende, por isso, o significado da atividade "revolucionária", de crítica prática.

Edmundo Dias, ao longo da primeira parte do seu trabalho, procura examinar criticamente cada tese, além de discorrer sobre a teoria da revolução em Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, *A Miséria da Filosofia*. Nesse sentido, o autor procura em profundidade através de um rigor metodológico e epistemológico analisar a obra de Marx e Engels. Procura explicitar a crítica das idéias de Marx sobre seu colega filósofo jovem hegeliano, Ludwig Feuerbach. Mas o texto é comumente visto como mais ambicioso do que isto, criticando o materialismo contemplativo dos Jovens Hegelianos juntamente com todas as formas de idealismo filosófico.

Entre os anos de 1842 e 1844 ocorre o encontro que inicia a estreita relação de colaboração e amizade entre Karl Heinrich Marx (Trier, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883) e Friedrich Engels (Barmen, 28 de novembro de 1820 – Londres, 5 de agosto de 1895). Ambos os pensadores eram naturais da Prússia Renana. Ambos sofreram a influência do filósofo idealista Georg Wilhelm Friedrich Hegel, fizeram parte do grupo dos “jovens hegelianos”, ou “hegelianos de esquerda”, e foram influenciados pelo materialismo de Feuerbach. Ambos chegam à crítica a Hegel e aos novos hegelianos; à economia política e ao socialismo utópico; reconhecendo na Classe Operária “uma força caracteristicamente nova forjada pela ‘revolução industrial’”,

sendo “o instrumento de transformação revolucionária” do capitalismo para o comunismo. Ambos percebem a necessidade de crítica da economia política em vigor no século XIX, acentuando seus limites para a explicação do capitalismo. O caminho que percorrem até chegar a esta conclusão é diferenciado, mas a necessidade de “acerto de contas” com os referenciais que estruturam sua formação é comum aos dois autores, que vão produzir, com esta finalidade, obras como: *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 1843); *A questão judaica* (MARX, 1844); *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (MARX, 1844); *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1845); *A Sagrada Família* (MARX e ENGELS, 1845); *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1845-1946); *Miséria da Filosofia* (MARX, 1847); *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 1848); *Ludwig Feuerbach e fim da filosofia clássica alemã* (ENGELS, 1886).

Edmundo Dias entende que a obra de Marx e Engels foi elaborada a partir da militância política e da necessidade radical, trazida por esta militância, de crítica às elaborações teóricas que estruturam o pensamento político e econômico de seu tempo. Não é sem razão que Marx em *A questão judaica* afirma como ponto de partida o princípio da radicalidade, de que ser radical é tomar as coisas pela raiz; e que a raiz do homem é o próprio homem. Intentam a defesa da emancipação da classe operária da miséria imposta pelas transformações sociais e econômicas em toda a Europa, devidas ao movimento de consolidação do capitalismo liberal burguês como modo de produção da existência e, nesta direção, necessitam denunciar o ilusionismo produzido pelos filósofos e socialistas utópicos.

Neste processo os fundadores da concepção materialista e dialética da história realizam uma crítica radical e superadora àquilo que há de mais atrasado (a monarquia absolutista, a religião, o obscurantismo) e mais avançado no século XIX: a filosofia alemã, a dialética idealista de Hegel, aos novos hegelianos; à economia política inglesa – como a toda a ciência burguesa; e ao socialismo francês (Lênin, 1979).

Outros pensadores deram sua contribuição a constituição da concepção materialista da história. Entre eles, citamos o exemplo de um operário alemão, Joseph Dietzgen, coureiro de profissão, que chegou a dialética materialista por conta própria, como verdadeiro autodidata. Em 1867 escreveu uma carta a Marx para “[...] fazer-lhe uma breve comunicação sobre meus esforços científicos, com o reconhecimento de que sou apenas um operário curtidor com educação elementar.” (DIETZGEN, 1978, p. 204). Sobre esta carta de Dietzgen, Marx teceu o seguinte comentário em carta a Kugelmann:

“Engels observa, muito justamente, que a filosofia autodidata – seguida pelos próprios trabalhadores – fez grandes progressos no caso desse curtidor [...]” (MARX, 1978, p. 202). Desde cedo fortemente influenciado pelo materialismo de Ludwig Feuerbach (1804-1872), com quem também se correspondeu, Dietzgen foi um ateu militante. A propósito desta questão, Engels faz a seguinte observação:

E, fato notável, essa dialética materialista que vinha constituindo, havia vários anos, nosso melhor instrumento de trabalho e nossa mais afiada arma, não foi descoberta apenas por nós, mas também, independentemente de nós e mesmo independentemente do próprio Hegel, por um operário alemão, Joseph Dietzgen (ENGELS, s/d, p. 194-195).

De acordo com Dias, ao fazer um acerto de contas com o idealismo alemão, também o faz com Joseph Pierre Proudhon, contrapondo-se à sua obra *A filosofia da miséria* com uma dura crítica em seu livro *A miséria da filosofia*. Ao citar a famosa frase de Proudhon (“A propriedade é um roubo”), Edmundo Dias, na esteira de Marx, afirma que:

A miséria da Filosofia representa na realidade um duplo combate, com Proudhon que é o personagem principal da crítica, mas, também, se travava de um debate crítico com que Marx chamava as teorias “cínicas” de Smith, Ricardo *et cetera*” (p. 85).

E acrescenta:

A propriedade é, para ele, um ente abstrato, desprovido de historicidade. É pura representação do mal e elemento permanente de corrupção. Análise das relações de força, de classes? Seria perda de tempo esperarmos isto de Proudhon como também seria desnecessário afirmar que o que ele chama de comunistas nada mais eram do que os socialistas franceses do seu tempo: Babeuf, por exemplo. Ele toma como comunistas todas as propostas e projetos que falam, e apenas utopicamente, de propriedade coletiva (p. 82).

Em seguida, o autor complementa:

Proudhon já famoso, reconhecido dirigente do socialismo francês que ganhara notoriedade com a célebre assertiva “A propriedade é o roubo” encontrava-se em outro momento. Suas antigas proclamações revolucionárias já não expressavam seu modo de conceber a transição a uma sociedade e a uma economia distintas da existente (p. 83).

O problema é que Proudhon nunca entendeu que o que estava em questão não era apenas a propriedade entendida abstratamente, mas sim, a propriedade privada dos meios de produção. Tudo isso, em uma sociedade dividida em classes, com interesses antagônicos e contraditórios. Como Marx e Engels bem expressaram em o Manifesto

Comunista: “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada. Censuram-nos, a nós comunistas, de querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda liberdade, de toda independência individual.

Nesse sentido, o materialismo histórico seria a síntese do que de melhor o velho continente produziu, qual seja: o socialismo francês, a economia clássica inglesa e a filosofia clássica alemã. Na terceira tese, analisada por Dias, Marx sintetiza o ponto de partida de sua concepção de mundo: “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade” (por exemplo, em Robert Owen). “A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis transformadora*”. Daí Marx afirmar na segunda *Tese* que:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da *práxis* – é uma questão puramente escolástica (MARX-ENGELS, 1973, p. 665-666).

Em carta a Joseph Bloch, de 1890, Engels procura desmistificar, de uma vez por todas, as acusações levantadas por liberais e conservadores (e até setores de esquerda do movimento operário), de que a concepção de mundo, defendida por eles, estaria marcada por certo determinismo histórico. Engels (s/d, p. 284-5) resume, assim, como deve ser compreendida a concepção materialista da história:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em *última instância*, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez se quer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes

fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua *forma*, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau. Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo.

Edmundo Dias retoma a tese de Marx e Engels sobre a práxis revolucionária e a luta pela derrubada do sistema capitalista de exploração e a constituição de uma sociedade sem explorados e sem exploradores: uma sociedade comunista. O comunismo é encarado, pelo autor, como “mais do que uma mera forma político-estatal” (p. 57). Pois, na acepção de Marx, trata-se de um processo de eliminação da apropriação privada o que só poderia ser realizado no quadro de um plano histórico-universal. O próprio Engels já havia definido: “O comunismo é a doutrina que ensina as condições para a emancipação do proletariado”, onde ocorreria não apenas a derrubada da burguesia e todo o velho aparato de Estado, mas a abolição da velha sociedade, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma sociedade nova, sem classes e nem propriedade privada. Assim, a teoria do socialismo em um só país protagonizada pelo estalinismo seria uma impossibilidade... É possível observar que, para Dias, a tese defendida por Marx não tem nada em comum com o que se colocou em prática na ex-URSS, nos países de Leste ou até mesmo na China ou em Cuba.

O próprio Lênin em *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo* reconhece a importância de Marx e Engels na elaboração de uma nova concepção de mundo, em contraposição ao velho idealismo alemão. De acordo com Lênin, “Marx não se limitou, porém, ao materialismo do século XVIII; pelo contrário, levou mais longe a filosofia. Enriqueceu-a com as aquisições da filosofia clássica alemã, sobretudo do

sistema de Hegel, o qual conduziu por sua vez ao materialismo de Feuerbach. A principal dessas aquisições foi a *dialética*, isto é, a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano”. Em outra passagem, Lênin enfatiza que: “Aprofundando e desenvolvendo o materialismo filosófico, Marx levou-o até ao fim e estendeu-o do conhecimento da natureza até o conhecimento da *sociedade humana*. O *materialismo histórico* de Marx é uma conquista formidável do pensamento científico”.

Dias, com justeza e propriedade, retoma uma questão fundante que está presente na obra de Marx e Engels e que demonstra a atualidade do método dialético e da concepção materialista da história no que diz respeito às contradições do sistema capitalista e a crise do capital, o papel das classes trabalhadoras na luta pela derrocada da exploração capitalista e a construção de uma nova sociabilidade “para além do capital”. Ao tratar do caráter do *Manifesto Comunista*, o autor levanta uma questão de grande relevância para o movimento real dos trabalhadores, mas também para as ciências sociais. Mesmo reconhecendo a atualidade do *Manifesto*, alguns intelectuais demasiadamente envolvidos com questões teóricas e acadêmicas, insistem em cobrar de “um projeto revolucionário o rigor acadêmico sem sequer considerar que no tempo em este foi produzido o problema era não apenas inexistente nos chamados cientistas” sociais e políticos que conhecemos hoje (p.148). Esse fato se deve, em parte, a incompreensão e ignorância dos intelectuais e “socialistas de cátedra” quanto ao papel que o *Manifesto* poderia desempenhar na luta pela livre organização e mobilização dos trabalhadores contra o capital e o sistema de exploração. Nesse sentido, não poderia ser uma obra acadêmica, mas um projeto político-revolucionário. Esse foi o entendimento de Marx e Engels e de todos aqueles que lutaram e seguem lutando contra a ordem do capital e que buscaram e ainda buscam construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Para Dias, o *Manifesto*

É, na sua forma concisa, a primeira grande análise feita por Marx do capitalismo como totalidade. Ele expressa um quadro global para depois analisar a formação das classes centrais da sociedade, seu processo constitutivo e ir construindo, ainda embrionariamente, suas leis de movimento e seu processo de superação (p. 121).

Nesse sentido, o *Manifesto*

É a afirmação radical do projeto encomendado a ele e a Engels e não o produto de uma investigação *a frio* na tranquilidade de uma biblioteca

universitária. Não uma obra de um autor, mas de autores e atores em um processo *a quente* de ruptura com a mais importante forma social existente. Não uma fenomenologia histórica, mas uma conclamação à luta. Como na famosa tese 11 sobre Feuerbach, não apenas interpretar, mas transformar, revolucionar (p. 248).

Ou seja, o autor deixa claro, ao longo deste trabalho, que o *Manifesto* deve ser encarado como “obra prima da prática e da teoria política” e como “a síntese dialética das múltiplas determinações” (p. 249). Assim, não apenas o *Manifesto* – mas o conjunto da obra marxiana,

Apresentou-se sempre como projeto de formação político-revolucionário das classes trabalhadoras, em debate ativo com estas e por isso se ataca à Marx e Engels. Este ataque visa nossos autores porque eles permitiram a decifração da esfinge capitalista. O ataque a eles é a forma brutal da tentativa de desqualificação do projeto comunista. Na realidade trata-se da combinação do reacionarismo e do irracionalismo mais ultramontanos [...] O que é mais grave nisto tudo é que uma clara leitura positivista-mecanicista do marxismo transformou a obra marxiana em uma vulgata legitimatória dos estados ditos socialistas, e em especial, do regime estalinista (p. 251).

À guisa de conclusão, é possível afirmar em conformidade com o autor, que o segredo da esfinge *decifra-me ou te devoro* segue sendo a nossa grande tarefa. Para o autor, “ou *deciframos* o segredo da forma capitalista ou seremos por ela *devorados*. Por isso permanece atual a palavra-de-ordem/programa: *proletários de todo mundo, univós!*” (p. 252).

De uma perspectiva agudamente crítica, o livro de Edmundo Fernandes Dias faz uma abordagem profunda acerca da *filosofia da práxis* como concepção de mundo e dos caminhos percorridos pelas classes trabalhadoras que seguem lutando para por fim a exploração capitalista e por uma nova sociabilidade. A leitura do livro é interessante na medida em que trás conceitos abrangentes e esclarecedores, além disso, permite que o leitor reflita sobre a teoria do conhecimento, além de apreender os pressupostos da pesquisa científica. Recomenda-se a leitura do livro para áreas afins como a História, a Sociologia, a Filosofia, o Direito, a Ciência Política e todos os que desejam compreender um pouco mais sobre a temática proposta. Mais do que isso, o livro de Edmundo se destina, fundamentalmente, àqueles que acreditam na emancipação humana e seguem lutando por uma alternativa para “além do capital”.

Referências Bibliográficas

- COGGIOLA, O. (org.) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- DIAS, E. F. *Revolução e História – Das Teses ao Manifesto*. Campinas: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2011.
- DIETZGEN, J. *L'essence du travail intellectuel – Écrits philosophiques annotés par Lénine*. Paris: François Maspero, 1973.
- LENIN, V. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. In: *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MARX, C. e ENGELS, F. *Escritos de juventud*. In: *Obras fundamentais*, v. 1. México: Fondo de Cultura Economica, 1982.
- _____. *La ideologia alemana*. Argentina: Ediciones Pueblos Unidos, 1973.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TOLEDO, C. N. (org.) *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã, 1998.

José de Lima Soares

José de Lima Soares é doutor em Sociologia pela UnB, professor do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC. É autor dos seguintes livros: *Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Editora Ciência Moderna, 2011); *O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e Desencontros de Duas Trajetórias* (Fortium, 2005) e de *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* (Universa, 2006). É membro do Comitê Editorial da revista *Antítese*. Professor do Departamento de História e Ciências Sociais da UFG/CAC.